

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

**CURSO DE PREPARAÇÃO AOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS
MILITARES E EQUIVALENTES – CP/CAEM**

HISTÓRIA MILITAR

HISTÓRIA MILITAR NO BRASIL
(ASSUNTOS 9, 10 e 11)



RIO DE JANEIRO - 2022

COMPETÊNCIA PRINCIPAL:

Participar dos processos seletivos de oficiais superiores para o prosseguimento da carreira.

UNIDADES DE COMPETÊNCIA:

Formular soluções para problemas que envolvam aspectos históricos do Brasil e do mundo.

ELEMENTO DE COMPETÊNCIA:

- Analisar os principais fatos que marcaram a história do Brasil e do mundo contemporâneo.
- Apresentar estudos geo-históricos com bases geopolíticas e estratégicas.

CONTEÚDO:

- Evolução do pensamento militar e teoria da arte da guerra (do século XV aos dias atuais)

ASSUNTOS**9. BRASIL COLÔNIA**

- Guerra Brasílica

10. BRASIL IMPÉRIO

- a. Campanha da Cisplatina
- b. Guerras no Prata
- c. Guerra da Tríplice Aliança

11. BRASIL REPÚBLICA

- a. Campanhas militares na República Velha
 - Canudos
 - Contestado
- b. A participação brasileira na I Guerra Mundial (I GM)

- c. A atuação do Exército Brasileiro no período entreguerras
 - Intentona Comunista
 - Revolta Integralista
- d. A participação brasileira na II Guerra Mundial (II GM)
 - Combate ao Nazifascismo
- e. Pós-Guerra – período da Guerra Fria
 - Enfrentamento ideológico à suspensão da luta armada

PADRÃO DE DESEMPENHO:

Interpretar as contribuições dos grandes pensadores militares, da Teoria da Guerra e do papel da História Militar e da Estratégia, de acordo com as fontes de consulta das Referências, para explicar a evolução do pensamento militar e Teoria da Arte da Guerra, entre o Século XV e os dias atuais.

ÍNDICE

	ASSUNTOS	PG
9.	BRASIL COLÔNIA	5
10.	BRASIL IMPÉRIO.....	14
11.	BRASIL REPÚBLICA	44
	REFERÊNCIAS.....	72

9. BRASIL COLÔNIA

- Guerra Brasílica

Antecedentes

1) A Europa e o Brasil nos séculos XVI e XVII

As relações entre as grandes potências europeias no século XVI foram caracterizadas pela expansão comercial e marítima, sendo criados os primeiros impérios coloniais da Idade Moderna, abrindo um novo horizonte geográfico, político e econômico.

Na sequência dessa expansão a Inglaterra, a França e posteriormente a Holanda entraram em disputas por produtos, rotas comerciais, portos, territórios (colônias) e mercados, gerando rivalidades que, não raro, resultaram em conflitos armados.

Desse conjunto, Portugal era o reino mais frágil, embora fosse detentor de um vasto império colonial que se estendia pelas ilhas do Atlântico, costa ocidental e oriental africana, o Brasil e entrepostos na Ásia.

O Brasil, colônia lusitana na América, se distinguia das colônias espanholas do continente americano como uma área de exploração agrícola (açúcar), diferentemente das hispânicas (ouro e prata).

Para o estabelecimento do empreendimento açucareiro, notadamente no nordeste do Brasil, os portugueses se valeram do seu conhecimento a respeito de suas plantações de açúcar nas ilhas do Atlântico, como também da experiência dos comerciantes ligados aos investidores, notadamente holandeses no refino, comercialização e distribuição desse produto na Europa.

Após a morte de D. Sebastião, rei de Portugal, na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, o trono português ficou vago, assumindo a Coroa lusitana Felipe II estabelecendo União Ibérica de 1580 a 1640.

Portugal havia adotado até então uma política internacional prudente, cioso de suas deficiências e vulnerabilidades, evitando atritos nesse campo.

A situação foi alterada com a União Ibérica, tendo Felipe II como monarca das coroas hispano-lusitana, herdando Portugal de imediato todos os inimigos dos Habsburgos, ou seja, França, Inglaterra e Holanda.

Os Países Baixos, possessão espanhola, se destacavam como polo comercial de vulto no contexto europeu, bem como pela qualidade de suas manufaturas têxteis de grande reputação na Europa e centro de distribuição de produtos coloniais, notadamente portugueses com uma burguesia próspera e atuante.

A atuação de Felipe II em relação a essas possessões, pondo fim a uma tolerância religiosa

e infligindo um bloqueio às atividades dos batavos, diminuiu a autonomia destes o que foi seguido de forte repressão por parte do duque de Elba e reação por parte dos neerlandeses, escalando o conflito com a Espanha então União Ibérica.

Os mercadores flamengos eram os principais compradores e distribuidores dos produtos de Portugal o que foi agravando as medidas adotadas ao comércio batavo com os portos espanhóis e também lusitanos.

A fim de enfrentar com maior liberdade de ação às restrições impostas ao seu comércio pelos espanhóis, os batavos encontraram uma solução com a criação da Companhia das Índias Orientais (1602) e a Companhia das Índias Ocidentais (1621) após a Trégua dos Doze Anos inserida na Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), entre a Espanha e a Holanda.

A Companhia das Índias Ocidentais (WIC) tinha o monopólio do tráfico de escravos, da navegação e do comércio por 24 anos, na América e na África negócios aos quais os holandeses estavam ligados há bastante tempo.

No contexto dos séculos XVI e XVII ocorreram na Europa guerras e tratados que, influenciaram sobremaneira a relação entre os Estados na Idade Moderna e Contemporânea.

A Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), o Tratado de Vestefália (1648) e a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) contribuíram para transformar o cenário político, econômico e social europeu, bem como do mundo ocidental, tendo reflexos para as colônias europeias na América, Ásia e África.

A Guerra Brasileira, levada a cabo pelos luso-brasileiros contra os holandeses, está inserida nesse contexto do mundo ocidental dos séculos XVI e XVII.

2) Por que o Brasil? Por que o Nordeste?

As motivações para as invasões e ocupação do nordeste brasileiro, na primeira metade do século XVII, tem ligação no que diz respeito à recuperação dos investimentos na empresa do açúcar e na busca do rompimento do bloqueio comercial imposto pelos espanhóis ao comércio neerlandês nos portos sob controle da União Ibérica.

No caso, a América portuguesa, além de ser o polo produtor de açúcar se constituía no elo mais frágil na escala de prioridades de defesa de Madrid.

Os núcleos populacionais lusitanos se concentravam ao longo do litoral brasileiro, ao alcance do poder naval batavo, diferentemente dos hispânicos, que se posicionavam nos altiplanos, de difícil acesso e ocupação.

A costa brasileira também servia de excelente base de operações contra a navegação castelhana no Caribe e contra a navegação portuguesa vinda da costa da África (escravos)

e do Oriente (especiarias), podendo ainda os holandeses se valer do estrangulamento do Atlântico favorecido pelo saliente nordestino, correntes marítimas e ventos predominantes.

A Invasão da Bahia (1624-1625)

A Bahia e Pernambuco foram assim desde o começo os alvos prioritários do ataque neerlandês ao Brasil.

Em 1623 o Conselho dos Dezenove da direção da WIC, escolheu a Bahia para sua pilhagem e conquista. Valendo-se na oportunidade da descuidada defesa e de informações sobre a terra e as gentes passadas, na maioria dos casos, por segmentos de Cristãos Novos colaboracionistas preocupados com a assunção de D. Marcos Teixeira ao bispado de Salvador, antigo visitador do Santo Ofício.

A 9 de maio de 1624 a frota comandada pelo almirante Jacob Willekens, o seu vice-almirante Pieter Heyn e o governador da ocupação João Van Dorth se apresentaram frente a Salvador.

O governador-geral, Diogo de Mendonça Furtado foi advertido do intento holandês, porém a demora da invasão desacreditou as providências.

Na oportunidade as desavenças entre D. Marcos e o governador sobre as medidas de defesa eram grandes.

Na sequência houve a tomada de Salvador com a prisão e remessa do governador preso para a Holanda, tendo a maior parte da população se refugiado no interior.

A responsabilidade pela reação e assédio aos locais conquistados pelos holandeses recaiu sobre D. Marcos Teixeira.

As primeiras táticas de emboscadas e guerrilhas foram levadas a efeito pela resistência baiana, ocasionando inclusive a morte de Van Dorth.

Na oportunidade Madri e Lisboa envidaram esforços para a recuperação da capital da colônia, tendo em vista a importância das terras brasileiras para Portugal, enviando uma poderosa frota (Jornada dos Vassalos) para a restauração comandada por D. Fradique de Toledo Osório, importante personalidade do reino, forçando a rendição dos batavos em 1625.

A Invasão e Ocupação de Pernambuco (1630-1636)

A WIC preparou em 1629 uma poderosa expedição para a conquista do norte do Brasil, não sendo mais objetivo a pilhagem e sim o estabelecimento de uma colônia de rendimento.

Aos diretores da WIC não interessavam mais a Bahia, fortificada e com permanente guarnição e sim Pernambuco, a donataria mais próspera da colônia lusitana não sendo

também a capital do governo geral.

Aliado a isso a situação militar da Espanha em relação ao conflito com os Países Baixos e no norte da Itália estava crítica, tendo em vista a falência da monarquia de Castela, não se esperando, notadamente por mar uma reação da União Ibérica.

As notícias sobre o intento batavo já haviam chegado a Madri que, enviou Matias de Albuquerque, antigo capitão donatário e governador-geral interino, por ocasião da prisão de Mendonça Furtado em 1625.

Matias de Albuquerque trabalhou no aprestamento da defesa, fazendo rodear o Recife de uma dupla linha de paliçadas, obstruindo o porto com embarcações afundadas e posicionando peças de artilharia ao longo da praia de Olinda, impedindo a entrada no porto do almirante Lonch, comandante da frota neerlandesa.

A força holandesa bombardeou de fora os fortes do Recife, enquanto Waerdenburch desembarca ao norte de Olinda em Pau Amarelo, guiado na operação por um judeu que morara muito tempo em Pernambuco, vibrando um golpe na resistência portuguesa.

Ao deslocarem-se para o sul as forças neerlandesas sofreram escaramuças ao longo da sua progressão e uma resistência maior no corte do rio Doce, que sendo superada atingiu as elevações de Olinda pelo norte, suplantando suas defesas, conquistando-a em seguida.

Na sequência desses acontecimentos, Matias de Albuquerque, vendo-se incapaz de defender o Recife, incendeia a povoação, depósitos de açúcar e embarcações fundeadas no porto se internando para oeste.

1) O Impasse Militar (1630-1632)

Poder naval e defesa local deveriam ser a estratégia utilizada pela União das Coroas Ibéricas, para fazer frente às ações dos holandeses, porém tendo em vista ao declínio do poder naval espanhol e aos recursos da economia e a opulência das sociedades coloniais o ônus da resistência recaiu sobre a colônia.

A guerra de guerrilhas era a opção mais razoável, tanto mais que a preocupação dos donatários de Pernambuco em temer, que uma vitória sobre os holandeses por intermédio da ação do poder naval, tivesse como consequência ao fim do sistema de capitânias hereditárias.

A conquista do Nordeste pelos holandeses durou sete anos de guerra contínua, podendo-se distinguir duas fases de 1630 a 1632 e de 1632 a 1637.

Na primeira fase, os holandeses seguiram uma estratégia que visava tomar as praças-fortes do litoral, não rompendo o impasse.

No que toca aos luso-brasileiros, a escassez de recursos e as dificuldades enfrentadas

pela monarquia espanhola reduziram o esforço militar a uma posição defensiva. A Espanha não tinha, na oportunidade, condições de reeditar em Pernambuco, do ponto de vista do poder naval, a “Jornada dos Vassalos”, que possibilitou a retomada da Bahia em 1625.

A única estratégia possível foi realização da “Guerra Lenta”, que com a perda do Recife e de Olinda, Matias de Albuquerque isolou os neerlandeses no litoral, impedindo-os de penetrarem na Várzea do Capibaribe, combinando forças convencionais concentradas no Arraial do Bom Jesus e contingentes “volantes”, que ocupavam a linha de estâncias sob a forma de meia-lua estendendo-se de Olinda ao Recife e nos espaços intermediários vagavam as companhias de guerrilha, que com emboscadas e assaltos repeliam as surtidas dos holandeses.

2) A Ruptura do Impasse (1632-1634)

O impasse dos dois primeiros anos foi rompido pelos holandeses a partir de 1632. Para tanto, eles dispunham da grande vantagem tática de sua superioridade naval, cuja variedade e mobilidade permitiam-lhes atacar os pontos mais distantes do litoral, dificultando a defesa em acorrer em tempo para fazer frente às ações batavas.

As forças holandesas atuavam ao longo dos rios da zona da mata, saqueando e incendiando os engenhos de açúcar e amedrontando a população local, a fim de retirar à sustentação da resistência e com malogrados ataques ao Arraial do Bom Jesus.

Por este tempo os holandeses receberam o substancial apoio de Domingos Fernandes (Calabar), facilitando as ações de contraguerrilha pelo conhecimento do terreno e da situação.

Os efeitos dessa contraguerrilha neerlandesa foram alcançados de certo modo, dificultando o apoio à sobrevivência do Arraial, rompendo o impasse.

3) A Ofensiva Final (1635-1636).

Uma vez que a estratégia de contraguerrilha produziu os resultados almejados, havia chegado o momento de a WIC realizar com êxito o atingimento dos objetivos contra as praças-fortes luso-brasileiras.

Com a conquista da fortaleza dos Três Reis Magos, no Rio Grande do Norte, onde os holandeses estabeleceram relações com os tapuias, a fim de criar uma aliança que pudesse ameaçar a resistência luso-brasileira vindo do interior.

Conquistas na Paraíba e a ocupação do interior da capitania de Itamaracá assinalaram o declínio da resistência, reduzida agora às duas fortificações principais, o Arraial do Bom

Jesus e o Cabo de Santo Agostinho.

Debates entre os chefes militares a respeito de como conduzir a guerra contra os holandeses tergiversaram sobre a guerra convencional e a guerrilha pura e simples.

O Arraial e o Cabo foram sitiados simultaneamente, capitulando em 1635, retirando-se os luso-brasileiros em marcha para o sul, rumo ao rio São Francisco nas Alagoas, onde Matias de Albuquerque planejava fortificar-se à espera de reforços militares enviadas da metrópole, sob o comando do general D. Luís Rojas y Borja.

Na passagem por Porto Calvo, onde se encontrava Calabar, Matias de Albuquerque toma de assalto o lugar, fazendo Calabar prisioneiro e executando-o.

Ao reconquistar Porto Calvo, Matias de Albuquerque, desimpediu o caminho terrestre para a Bahia para onde retraiu com grande número de luso-brasileiros, ficando o nordeste nas mãos dos holandeses na sua expansão máxima, passando o comando da resistência a Rojas y Borja se dirigindo à metrópole para ser julgado pela perda de Pernambuco.

4) Entradas e Excursões

O conde Bagnolo, oficial que chefiava o contingente napolitano do exército da resistência, substituiu Rojas y Borja, após sua morte, na derrota luso-brasileira de Mata Redonda (1636). Bagnolo transformou Porto Calvo no trampolim para ataques de campanhistas ao interior de Pernambuco, de Itamaracá e a Paraíba cujos canaviais e engenhos eram implacavelmente incendiados de maneira a impedir que a WIC tirasse proveito econômico do triunfo militar.

Esta fase da guerra tornou o exército de resistência impopular junto à comunidade luso-brasileira que havia optado por permanecer no Brasil holandês.

5) O Governo de Nassau no Brasil holandês (1637-1644)

João Maurício de Nassau-Siegen governou o Brasil holandês por sete anos (1637-1644), se constituindo esse tempo em um período de relativa paz entre os dois períodos de guerra (1630-1636) e (1645-1654).

A sua nomeação correspondeu mais aos interesses do Príncipe de Orange do que da WIC. A comitiva de Nassau se compunha dentre outros administradores; de pintores, paisagistas, urbanistas e cientistas, retratando o nordeste brasileiro da época.

A relativa paz deste período se contrapunha as entradas e excursões encetadas pelos luso-brasileiros a partir de Porto Calvo, diminuindo-se o ímpeto dessas correrias após a perda de Porto Calvo para Nassau, em 1637.

Por ação de Nassau, os luso-brasileiros foram rechaçados para além do rio São Francisco, estabelecendo neste o limite sul do Brasil holandês.

De retorno ao Recife, Nassau realizou as duas grandes tarefas que lhe haviam sido confiadas: a organização administrativa do Brasil holandês e a reativação da economia açucareira depois de sete anos de guerra.

Tratou Nassau de fixar as fronteiras norte com a conquista de Fortaleza (1637). Objetivou Nassau ainda, assegurar oferta de mão de obra escrava, degradada pelos anos de conflito por conta das fugas de escravos para os quilombos; sua partida para a Bahia na retirada de Matias de Albuquerque; sua incorporação tanto às tropas luso-brasileiras quanto às holandesas e os apresamentos como botins de guerra.

Buscou também Nassau obter nas possessões africanas os escravos necessários ao bom andamento da empresa açucareira, ocupando praças portuguesas.

6) O Sítio da Bahia (1638)

Nassau reavaliou a situação em que apoiava os limites do Brasil holandês na margem esquerda do São Francisco, entendendo que a existência da sede do governo-geral do Brasil em Salvador, comprometia os interesses da WIC, pois eram fomentadas a partir daí as incursões de campanhistas luso-brasileiros, representando uma ameaça permanente, determinando, pois, a conquista da Bahia em 1638.

Durante cerca de um mês, Nassau sitiou Salvador, ao mesmo tempo em que punha a ferro e fogo o Recôncavo Baiano não conseguindo ocupar a sede do governo-geral.

O poder naval da União Ibérica foi acionado para socorrer o Brasil com a constituição da Armada de Oquendo e do conde da Torre não obtendo sucesso.

Em janeiro de 1640, a armada do conde da Torre apresentou-se novamente diante do Brasil holandês, desta vez em busca de uma cabeça de ponte onde desembarcariam seus efetivos, que operariam em sincronia com tropas enviadas de Salvador.

Perseguida por uma esquadra holandesa e sem ajuda de ventos e correntes marítima favoráveis, ela derivou ao longo do litoral de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, sustentando uma série de combates indecisos.

A esquadra foi dar nas costas da baía de Touros com 1200 soldados luso-brasileiros que, capitaneados por Luís Barbalho Bezerra, regressaram à Bahia pelo interior do nordeste com as demais unidades campanhistas, evitando os contingentes batavos que lhes saíam ao encalço e lhes causando baixas.

7) A Restauração Portuguesa (1640)

Em dezembro de 1640 Portugal se livre do domínio da Espanha pondo fim a União Ibérica, assumindo o trono lusitano o duque de Bragança como D. João IV. Esse acontecimento trouxe uma relevância especial para o destino do Brasil holandês, comprometendo o

equilíbrio estratégico no Brasil. Nassau comemorou o evento a fim de transformar Portugal em aliado dos Países Baixos na guerra contra a Espanha..

8) O Fim do Governo de Nassau e a Conjura Lusa-Brasileira (1644)

Em março de 1642, Nassau já se dava conta de que, em vez de consolidar o Brasil holandês a Restauração Portuguesa constituía uma ameaça a seu futuro que aliado ao fato do problema das dívidas de senhores de engenho que começaram a ser cobradas pelos credores da WIC, culminando com a sua saída da administração do governo do Brasil holandês em 1644.

Com a partida de Nassau em maio de 1644, a conspiração luso-brasileira tomou vulto. A junta que substituiu Nassau foi a primeira a reconhecer o estado de coisas que poderiam levar a uma conjuração com a possibilidade de um golpe de mão pelo qual as autoridades holandesas poderiam sofrer algum tipo de ação contra sua integridade.

9) A Insurreição Pernambucana (1645-1654).

João Fernandes Vieira pôs-se à frente da insurreição, pesava sobre ele o fato de que era um dos maiores devedores da WIC ante a possibilidade de devassa por parte da administração do Brasil holandês.

A 13 de junho de 1645, Fernandes Vieira e seus soldados internaram-se pela ribeira do médio Capibaribe para evitar, em inferioridade de condições, o confronto com o inimigo. Com o intuito de mitigar o movimento, o governo da WIC providenciou dentre outras medidas a anistia a todos os devedores que participavam de insurreição, exceto os líderes. Os insurretos de Vieira perseguidos pela principal força da WIC derrotaram os holandeses em 3 de agosto no Monte das Tabocas.

Na sequência desembarcaram em Sirinhaém os regimentos de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, transportados por uma esquadra vinda de Salvador, ocupando a vila e marchando contra o Cabo de Santo Agostinho, cuja fortaleza capitulou a 13 de agosto mediante suborno aos neerlandeses.

Essa capitulação dava aos insurretos uma base de operações navais com que poderiam se comunicar com a Bahia e Portugal, dando um duro golpe no moral dos holandeses.

À junção da força de Vieira com as tropas de Henrique Dias e de Camarão segue-se a reunião com os terços de Negreiro e Martim Soares Moreno que na sequência das Tabocas rumaram contra a força holandesa surpreendendo-a no Engenho de Casa Forte. À vitória em Casa Forte, seguiram-se a rendição dos redutos de Porto Calvo e de Penedo e o êxito do levante da Paraíba, isolando inimigo em Cabedelo.

Desta forma, a partir de 1645, os luso-brasileiros passaram a controlar praticamente o

interior do Nordeste, reduzindo a presença neerlandesa no Recife e nas guarnições litorâneas de Itamaracá, da Paraíba, de Fernando de Noronha e do Rio Grande do Norte.

Os massacres de Uruaçu e de Cunhaú deixaram um rastro de sangue no imaginário luso-brasileiro, do qual se aproveitaram os insurretos.

Estabeleceu-se incontinente o cerco ao Recife nos moldes das linhas de estâncias em 1630 a 1632.

Sem acesso à produção local de víveres, os holandeses encontravam-se inteiramente dependentes do aprovisionamento vindo de fora do continente.

A chegada da ajuda militar ao Brasil holandês forçou o comando do movimento a retirar a população luso-brasileira desde o Rio Grande do Norte até Igaraçu, reduzindo o perímetro de defesa e concentrar efetivos no assédio ao Recife.

O socorro chegado ao Recife em 1646 reforçou a posição dos que em Lisboa advogavam a escalada da intervenção portuguesa. O Conselho Ultramarino manifestou-se em prol do envio de auxílio militar por intermédio da Bahia, chamando a atenção d'El-Rei para as divergências entre os insurretos e com o risco de ser solicitado a interferência de um terceiro país ou até negociarem por conta própria um acordo com o Brasil holandês.

Em 1646 e início de 1647, D. João IV decidiu sustentar o movimento de modo a utilizá-lo como meio de pressão diplomática contra os Estados Gerais.

Nomeou-se um mestre de campo general incumbido de submeter a condução da guerra ao controle da Coroa, Francisco Barreto de Menezes.

No segundo semestre de 1646, graças ao reforço enviado das Províncias Unidas para salvar o Recife da rendição pela fome, o governo do Brasil holandês tratou de passar a ofensiva.

Ocupou-se Itaparica à entrada do Recôncavo Baiano, obrigando o governo-geral realocar suas forças de Pernambuco para reforçar Salvador.

Com a chegada de uma armada holandesa em fins de março e início de 1648, o governo do Recife voltou a debater alternativas estratégicas, sendo a vencedora aquela que deveria romper o assédio do Recife por meio de uma demonstração de força que obrigaria os luso-brasileiros a aceitar uma batalha em campo aberto onde a superioridade neerlandesa terminaria por se impor.

10) Rumo aos Guararapes e a Campina do Taborda

Os luso-brasileiros por intermédio de ardis próprios da Guerra Brasílica aceitaram o desafio de uma batalha aos moldes da Guerra Holandesa, porém em local devidamente escolhido pelo Conselho de Guerra com o assessoramento de Antônio Dias Cardoso, atraindo os

holandeses para um local de difícil desdobramento do seu dispositivo.

As 1ª e 2ª Batalhas de Guararapes definiram o destino do Brasil holandês, confinando os batavos definitivamente no Recife e sua posterior capitulação na Campina do Taborda em 26 de janeiro de 1654 e confirmado pelo Tratado de Haia (1661) pelo qual a República Holandesa reconheceu a soberania portuguesa sobre o nordeste brasileiro.

Nessa oportunidade a Primeira Guerra Anglo Holandesa (1652-1654) contribuiu para a mudança de prioridades na manutenção do Brasil holandês por parte dos neerlandeses, facilitando a vitória do luso-brasileiros.

Conclusões

Domínio por parte dos holandeses de todas as etapas da produção açucareira já que dominavam sua distribuição e comercialização valendo-se da posterior produção Antilhana, contribuindo para o declínio da economia canavieira no nordeste brasileiro.

Controle do mercado fornecedor de mão de obra escrava africana pelos holandeses. Portugal cedeu aos Países Baixos o Ceilão e as ilhas Molucas, a título de compensação, além de pagar quantia indenizatória.

Manutenção da integridade do território brasileiro com o domínio do nordeste brasileiro, importante região estratégica debruçada sobre o estrangulamento do Atlântico.

Importância da Guerra Brásilica versus a Guerra Holandesa ou Europeia desenvolvendo a consciência da defesa do solo pátrio.

Desenvolvimento do ideário típico de Pernambuco observado na sua recalcitrante inserção na ordem imperial, depois do malogro das revoluções de 1817, 1824 e 1848.

Retomada das praças portuguesas na África, especialmente Angola, a fim de se restabelecer o fluxo de mão de obra escrava.

10. BRASIL IMPÉRIO

a. Campanha da Cisplatina

Origens

A fundação, pelos portugueses, da Colônia do Sacramento, em 1680, no Sul do continente sul-americano, tornou-se um problema constante para a cidade de Buenos Aires, localizada em frente à Colônia, no estuário do rio da Prata, por facilitar o tráfico clandestino, quebrando o monopólio comercial espanhol.

Esse problema impôs a fundação da cidade de Montevidéu, em 1726, também na foz platina, com a finalidade de coibir a possibilidade do contrabando e da expansão territorial

que a Colônia permitia.

O insucesso dos portugueses em conquistar a nova praça, obrigou o estabelecimento de diversos pontos de apoio como São Pedro do Rio Grande e na ilha de Santa Catarina, visando à proteção e conservação da Colônia do Sacramento.

De outra forma, com o desenvolvimento de Buenos Aires, político e economicamente, apoiado na projeção de recriação do Vice-reinado do Prata, houve o recrudescimento do antagonismo entre portugueses e espanhóis.

Na região que hoje abriga o território uruguaio, fixaram-se descendentes de espanhóis e de portugueses, misturados aos platinos brasileiros e senhores de terra, descendentes da mestiçagem do índio com o branco.

As lutas, entre eles, em torno da Colônia do Sacramento e na faixa fronteira criaram nas populações ali radicadas posicionamentos opostos: na Banda Oriental a lealdade e o nativismo ligado à Coroa espanhola e no Rio Grande do Sul o comprometimento platino-brasileiro junto à Coroa portuguesa.

A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, lançou os instrumentos que transformaram o sistema de governo absolutista, cujo comércio era ancorado no monopólio, no livre comércio. Posteriormente, durante a denominada “Era Napoleônica”, a península Ibérica foi ocupada por tropas francesas. Com a derrota espanhola e francesa, em Trafalgar, a Inglaterra obteve o controle marítimo do Atlântico. As colônias sul-americanas buscaram sua autonomia frente às metrópoles.

Com a evolução desse processo a aliança anglo-lusitana permitiu a saída da família real portuguesa da Europa para se estabelecer na capital da colônia, levando uma transição regular e segura para a futura autonomia.

Já a Espanha, sob o domínio francês, não conseguiu manter suas colônias. A desagregação do sistema colonial espanhol foi um dos fatores que concorreu para o sentimento de libertação.

Com isso, a atividade manufatureira inglesa acabou por se expandir em áreas antes dominadas pelo exclusivo comercial. O interesse da Inglaterra pela independência das colônias lusas e espanholas, puramente econômico, aproveitou a crise de autoridade, gerada pela época napoleônica, e absorveu os mercados coloniais na América do Sul.

Em 1806 e no ano posterior, uma esquadra britânica aportou em Buenos Aires, expandindo seu poder pela região do Prata.

Com a perda gradativa do poder e a impossibilidade de estabelecer comércio regular com as colônias, a metrópole espanhola assistiu a Inglaterra assumir o tráfico com a região platina, particularmente Buenos Aires. O processo de independência que ocorreu, gerou a fragmentação da região e fez surgir novos estados como o Paraguai e a Banda Oriental,

além da Argentina.

Nesse ínterim o Brasil viveu um momento de desenvolvimento pacífico, de consolidação e de reformas com a presença da Família Real Portuguesa, desde 1808, no território colonial.

Após o regresso de D. João VI para Portugal, em 1821, o Brasil se lançou à expansão para o Sul. Ao tornar-se independente, em 1822, herdou da metrópole a Província Cisplatina (Banda Oriental), trazendo em seu bojo a antiga rivalidade entre portugueses e espanhóis e a instabilidade dos limites fronteiriços.

Houve reação do governo de Buenos Aires o não reconhecimento da anexação da Banda Oriental pelo Brasil. Em 1823 Buenos Aires solicitou a devolução, o que foi negada pelo governo brasileiro.

Após a Batalha de Ayacucho (1825), o poder espanhol na América do Sul foi praticamente anulado. Com isso, a Argentina pode voltar-se para a busca da posse de Montevidéu. O “Cabildo” de Montevidéu ensaiou o processo de libertação do domínio português, procurando o apoio argentino. A maioria da população uruguaia era contra a dominação brasileira. Uruguaios como Lavalleja e Oribe emigraram para Buenos Aires e lá desenvolveram intensa atividade para reconquistar a Banda Oriental.

Na realidade, o povo brasileiro não tinha interesse pela anexação da Banda Oriental, em face da situação interna do país, que não era boa. Divisões políticas, problemas econômicos e o posicionamento do imperador em relação às liberdades individuais conquistadas pelos brasileiros dividiram o governo e enfraqueceram o poder nacional.

Causas

1) Remotas

- A antiga e tradicional rivalidade entre lusos e espanhóis;
- A instabilidade da fronteira Sul do Brasil;
- A crise do processo de independência do Vice-Reinado do Prata;
- O lealismo da população de Montevidéu, contra o espírito independentista de Buenos Aires;
- O espírito autonomista das Províncias do interior, organizado e liderado por Artigas, em luta com a política centralizante e unitária de Buenos Aires;
- A anarquia política das Províncias Unidas em contraposição à estabilidade da monarquia portuguesa no Brasil, ensejando as intervenções no rio da Prata; e
- O Armistício Ilimitado de 1812, violado por Buenos Aires, e reafirmado em 1817 com a declaração portuguesa de que a ocupação da Banda Oriental era transitória, servindo de apoio ao não-reconhecimento de Buenos Aires da ocupação portuguesa.

2) Imediatas

- Sonho platino de restabelecimento do Vice-Reinado do Prata;
- A luta política, no Brasil, com o desprestígio crescente do imperador e as dificuldades econômicas que atravessava, criando a oportunidade para a tentativa de libertação da Banda Oriental; e
- O novo Exército Brasileiro estava dirigindo o seu esforço operacional para consolidar a independência no Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, além do empenho no domínio da Revolução Republicana no Nordeste - A Confederação do Equador, em 1824.
- A guerra de independência do Uruguai, com apoio da Argentina, desejosa de incorporá-la como sua província unida, foi a principal causa desta guerra que encontrou o Brasil bastante debilitado militarmente.

Muito embora se estude o segundo período da guerra com mais intensidade (1826- 1828), o estudo da primeira parte, os acontecimentos de 1825, é necessário para a boa compreensão do conflito, pois, na realidade, a guerra começou em 19 de abril de 1825, com o desembarque dos 33 em Agraciada.

Os Acontecimentos

1) A Invasão de Lavalleja

No dia 19 de abril de 1825, 33 orientais liderados pelo Coronel D. Juan Lavalleja e provenientes da Argentina, desembarcaram na praia de Agraciada, no rio Uruguai, e iniciaram o processo de independência do último país de origem espanhola na América. O General brasileiro Frederico Lecór não conseguiu reverter a situação, no dia 25 de agosto de 1825, os revoltosos reunidos em assembleia declararam nulos todos os atos e compromissos com a corte portuguesa, ficando livre de Portugal e do Brasil.

A notícia do golpe preparado em Buenos Aires causou preocupação não só em Montevideu, como no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

A 25 de outubro de 1825, O Congresso das Províncias Unidas, reunido em Buenos Aires, proclamou a “Banda Oriental” reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que pertenceu por direito e desejava pertencer.

Essa proclamação valeu por uma declaração formal de guerra. O Brasil aceitou-a e rendeu-se ao fato consumado.

Em resposta, o governo imperial brasileiro realizou uma demonstração naval no rio da Prata, sem resultados positivos. O General José dos Santos Abreu, o intrépido Barão do Cerro Largo, recebeu ordem de se deslocar para o Uruguai. À frente de 1.200 milicianos

atingiu Mercedes, de onde enviou o Coronel Bento Manuel para as pontas do arroio Aquila (4 de setembro de 1825).

O caudilho Rivera conseguiu, em audaciosa operação, atacar de surpresa o Rincão das Galinhas, onde pequeno contingente de 50 homens guardava a cavallhada do General Abreu. Uma pequena força composta de índios guaranis das Missões, que por coincidência chegava ao Rincão para deixar os cavalos, foi surpreendida também por Rivera. Apesar de lutarem bravamente, os brasileiros não resistiram ao ataque, morrendo o Coronel José Luis Mena Barreto.

Bento Manuel, em marcha forçada, atingiu Montevideu e propôs Lecor atacar as forças de Lavalleja, já que contava com o reforço de Bento Gonçalves, ao todo cerca de 1.500 homens.

Na manhã de 12 de outubro de 1825, os brasileiros foram encontrar o adversário nas cabeceiras do arroio Sarandi, no lugar denominado Orqueta de Sarandi. O General Rivera já tinha se reunido a Lavalleja apresentando agora um efetivo de 2.600 homens de cavalaria, alguns atiradores a pé e uma peça de artilharia. Bento Manuel lançou uma carga de cavalaria e, apesar de romper o centro da linha inimiga, foi repellido na ala direita por Rivera e derrotado no flanco esquerdo, retirando-se com pesadas baixas para Santana do Livramento. Esse evento fez recrudescer a animosidade contra o Brasil, incentivando o entusiasmo de nossos adversários. A Cisplatina ficou quase toda nas mãos dos uruguaios. Lecor conseguiu manter as praças de Montevideu e Colônia, assediadas pelas tropas de Lavalleja.

A Sala dos Representantes de Buenos Aires declarou, em 25 de outubro de 1825, "a Banda Oriental reintegrada ao seio das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que por direito pertenceu e deseja pertencer". A esta resolução respondeu o Império que: "Havendo o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata praticado atos de hostilidade contra este Império, sem provocação e sem preceder declaração expressa de guerra, prescindindo das formas recebidas entre as nações civilizadas, convém à dignidade da Nação brasileira e à ordem que deve ocupar entre as potências, que Eu, tendo ouvido meu Conselho de Estado, declaro, como declaro, a guerra contra as ditas Províncias e seu governo. Portanto, ordeno que por mar e por terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o corso e armamento a que meus súditos queiram propor-se contra aquela Nação, declarando que todas as tomadas e presas, qualquer que seja sua qualidade, serão completamente dos apresadores, sem dedução alguma em benefício do tesouro público. O Supremo Conselho Militar o tenha entendido e o faça publicar, remetendo este por cópia às estações competentes e afixando-o por editais".

2) Preparativos para a campanha

As tropas argentinas que constituíam o denominado Exército de Observação transpuseram o rio Uruguai na altura de Salto e iniciaram a concentração em Durasno, vagarosamente. Com a retirada do General Martin Rodrigues, assumiu o comando o General Carlos Maria Alvear, antigo Ministro da Guerra. Em dezembro de 1826, com 8.500 homens, julgou-se em condições de iniciar a campanha.

Os brasileiros mantinham-se em defensiva estratégica. O governo imperial resolvera afastar o General Abreu do comando das tropas no Rio Grande do Sul, em dezembro de 1825, substituindo-o pelo General Francisco de Paula Massena Rosado. Esta solução foi considerada uma injustiça para com o experiente chefe gaúcho, e o seu sucessor foi uma péssima escolha, pois revelou incompetência para a missão: apressou-se, inexplicavelmente, em reunir todas as forças disponíveis em Santana, deixando a descoberto a fronteira. Somente em Jaguarão manteve tropa brasileira, pois Bento Gonçalves deixou de cumprir a ordem de concentração. Rosado também foi infeliz na escolha do local de acampamento: a região era insalubre e com péssimos pastos. Enquanto se desentendia com o Presidente da Província, seu exército estagnava. A opinião pública cada vez mais se impacientava com a inexplicável inatividade de nossas forças. D. Pedro I resolveu visitar pessoalmente o teatro de operações. Desembarcou em Santa Catarina e atingiu Porto Alegre. Nesta cidade recebeu a notícia do falecimento da esposa, D. Leopoldina, sendo obrigado a regressar de imediato. Resolveu nomear um novo comandante - o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, que tinha muito prestígio como militar culto e político talentoso, por decreto de 12 de setembro de 1826, mas só se tornou pública em 1º de outubro.

Em memorando escrito ao Imperador em 2 de outubro, portanto no dia seguinte, Felisberto Caldeira afirmava: "Um exército nu, descalço, sem munição de guerra e de boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido depois de um ano a mais humilhante defensiva, deveria fazer soçobrar o meu espírito...".

Carta imperial de 4 de novembro o agraciava com o título de Marquês de Barbacena. A 1º de janeiro de 1827, Barbacena chegou ao acampamento das forças brasileiras e colheu impressões deprimentes sobre a situação geral da tropa. Imediatamente tomou providências para sanar os problemas, reorganizou as forças, formando duas divisões, cada uma com três brigadas, além de duas brigadas ligeiras de cavalaria que também existiam. Uma delas era a de Bento Gonçalves, em Jaguarão, e a outra a de Bento Manuel, em Santana.

Verificando os inconvenientes apresentados pelas áreas de concentração escolhida pelo antecessor, deslocou-se para Bagé. Enquanto isso o Marechal-de-Campo Gustavo

Henrique Brown, Chefe do Estado-Maior, reunia em Pelotas, por ordem de Barbacena, as unidades estacionadas na fronteira de Jaguarão e mais alguns elementos vindos por mar do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 1.600 homens.

Planos de Barbacena e de Alvear No mesmo memorando, de 2 de outubro, o Marquês de Barbacena enviara ao governo imperial a exposição de seu plano de guerra:

- expulsar o inimigo para além do Uruguai;
- ocupar posteriormente a Província de Entre Ríos;
- obrigar a República Argentina a solicitar a paz sem possibilidade de renovar as hostilidades.

Para a sua realização previa Barbacena uma força de 15 mil homens, além de uma reserva de 4 mil. Além disso, queria ter autonomia em relação ao Presidente da Província e contar com a cooperação da Marinha. Ao chegar à área de operações, a precariedade dos meios forçou-o a adotar, inicialmente, uma atitude defensiva. Decidiu concentrar as forças de que dispunha na região de Bagé e justificou-se: "Enquanto eu não tiver força igual à sua ou não cometer o inimigo algum grande erro estratégico, permanecerei em pura defensiva, atraindo-o o quanto puder para o interior, porque nesta direção eu ficarei cada dia mais forte em gente, cavalos e munição, e ele mais fraco em todos estes elementos".

Os brasileiros levantaram acampamento a 13 de janeiro de 1827 e, a 4 de fevereiro, atingiram as nascentes do Lexiguana, juntando-se às forças do Marechal Brown. Recomeçou o deslocamento em direção ao inimigo no dia 10 do mesmo mês.

O plano de Alvear não fora redigido nem divulgado antes das operações. O que dele se conhece consta de uma exposição de motivos apresentada à Sala dos Representantes de seu país, na qual se defende de acusações. Disse nessa ocasião: "Pretendia vencer o Exército imperial antes que tivesse condições de tomar a ofensiva, a fim de obrigar o Imperador a negociar a paz; lançar um corpo de cavalaria sobre Santana, enquanto o grosso das tropas subiria o rio Negro, manobrando, alternadamente, nas duas margens, segundo o permitissem as circunstâncias e o movimento do inimigo; levar essa manobra até Bagé e aí entrar na Coxilha Grande, para ficar em condições de tomar de flanco todos os rios do Continente de São Pedro e outros lugares".

Alvear tomou uma atitude francamente ofensiva, procurando impedir a união das forças brasileiras para, em seguida, dominá-las separadamente. Bento Manuel perde contato com o inimigo.

Uma das razões dos deslocamentos a esmo antes da batalha foi a escassez de informações. Ambos os contendores ignoravam o que se passava com o oponente, emprestando-lhe intenções nem sempre confirmadas. Barbacena escrevia a 5 de fevereiro para o Ministro da Guerra: "Para mim é indubitável que o inimigo se retira, suposto haver

no exército quem pense que Alvear procura os campos de Santana, vantajosos à sua cavallhada, pela mesma razão eu procuro as montanhas pedregosas do Camaquã (...). A incerteza não pode durar 48 horas porque destaquei sobre seus flancos as duas brigadas inteiras de Bento Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves e vou em seu seguimento".

A vanguarda de Bento Manuel atacou a 13 de fevereiro uma patrulha inimiga às margens do Vacacaí; o Coronel Lavalleja, à frente de dois regimentos, socorreu a patrulha, mas nossos elementos, apoiados pela 1ª Brigada de Cavalaria Ligeira, manobram em retirada, não ousando o inimigo persegui-los.

A 15 de fevereiro encontraram-se a brigada de Bento Manuel e a tropa de cavalaria do General Lúcio Mansilla, nas imediações do Passo de Umbu. O primeiro atravessou rapidamente o passo e, colocando-se na outra margem do Ibicuí-Mirim, defendeu a passagem. Mansilla retornou a Cacequi, enquanto Bento Manuel rumava para o Jaguari, perdendo o contato com o adversário e a ligação com o grosso do exército, e enviando, ainda nesse dia, um informe ao Marquês de Barbacena que até hoje constitui uma interrogação: "O carretame do inimigo deixou hoje pelo Campo da Cruz, entre o banhado do Jacaré e Cacequi; é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no Passo do Umbú, pôr as minhas cavallhadas em segurança e fazer-lhes guerrilhas, até passar em Santa Marra, logo que passem no fundo do Loreto, e vou sair adiante. Eles, segundo as suas marchas, só depois de amanhã poderão chegar ao passo".

3) Batalha do Passo do Rosário

Se o Marquês de Barbacena não ignorasse tudo sobre o dispositivo inimigo na região do Passo do Rosário, no rio Santa Maria, a batalha de 20 de fevereiro de 1827 converter-se-ia em desastre para as forças de Alvear. É que ele se colocou em situação desvantajosa, tendo à retaguarda um rio cheio, que permitia apenas a passagem a nado; no flanco direito uma várzea baixa e alagadiça, e no esquerdo, uma região de alturas, sem nenhuma via de transporte aproveitável. Na frente, nas estradas Cacequi-Rosário e São Gabriel-Rosário, marchavam as forças brasileiras, imprensando-o de encontro ao rio Santa Maria.

Mais tarde declarou o General argentino que pretendia atrair as forças brasileiras para a passagem do Santa Maria, simulando uma retirada. A justificação era pouco aceitável, pois o terreno era desfavorável àquele tipo de manobra.

O campo de batalha, de maneira geral, resumia-se praticamente a duas linhas de coxilhas, no sentido norte-sul, separadas por vale estreito, conhecido como sanga do Barro Negro, um obstáculo natural que, parece, na época só permitia a passagem em alguns lugares. Ao sul dessa região existia uma várzea alagadiça, por onde descia o arroio Ituzaingó ou

Imbaé, procurando o rio Santa Maria. A sanga do Barro Negro corria mais próxima das coxilhas do leste, deixando maiores espaços para ao lado oeste. Favorecia o emprego ofensivo da cavalaria argentina, e a defesa, pela infantaria, da posição brasileira. O exército brasileiro em campanha, em que predominava a infantaria, dispunha de posição favorável ao emprego dessa arma, proporcionando condições mais favoráveis a uma retirada do que a posição argentina.

O exército argentino, ao alvorecer do dia 20 de fevereiro, tomou posição com o 5º Batalhão da Divisão Olazábal em 1º escalão, sobre a região chamada do Cirillo, ao norte da estrada de Cacequi. Enquadraram-se as divisões de cavalaria orientais, a de Laguna, ao norte, e as restantes, sob o comando de Lavalleja, ao sul. O grosso das forças de Alvear estava a oeste, a cavaleiro da estrada.

O exército brasileiro chegou ao campo de batalha pela estrada velha de São Gabriel e desdobrou-se para a direita. A 1ª Divisão, comandada pelo Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, marchou para o norte até tomar posição na estrada de Cacequi. A 2ª, do General João Crisóstomo Calado, colocou-se no flanco sul, frente à cavalaria de Lavalleja. As brigadas ligeiras do Marechal José dos Santos Abreu e do Coronel Bento Gonçalves cobriam os flancos esquerdos e direito do dispositivo imperial.

Desconhecido exatamente o efetivo e o valor do inimigo à sua frente, e na crença de que ali se achava apenas uma parte, decidiu o Marquês de Barbacena lançar o ataque com as duas divisões de primeiro escalão. Os brasileiros atravessaram a sanga, progredindo em direção ao inimigo. Para barrar o avanço da Divisão Barreto, Alvear lançou sucessivamente a Divisão Laguna, os regimentos de cavalaria do General Frederico Brandzen e do Coronel José Maria Paz e três batalhões de caçadores. A Divisão Barreto repeliu todos esses ataques, retraindo-se depois para sua posição inicial, em virtude de ter o flanco direito, protegido por Bento Gonçalves, sob ameaça de envolvimento, já que sua brigada cedera ante violenta carga da Divisão Lavalleja, desmembrando-se em parte. Pelo lado esquerdo, a mesma Divisão carregou sobre os milicianos de Abreu que, em confusão e entremeados com o inimigo, vieram de encontro à 2ª Divisão. O General Calado foi obrigado a receber a fogo a avalanche mesclada de uruguaios e brasileiros. Foi quando tombou mortalmente ferido o Marechal Abreu, com certeza atingido pelos defensores. Era uma perda muito grande. Abreu apresentara-se como voluntário para esta campanha. Homem simples, de poucas letras, lutara a vida toda e de soldado chegara a Marechal.

Calado repeliu sucessivas cargas inimigas. Sua Divisão achava-se muito afastada da Divisão Barreto e o intervalo entre as duas unidades constituía grave ameaça. Barbacena ordenou então que a 1ª Divisão cerrasse sobre a 2ª, mas isto já não era possível. A

Divisão Calado estava desfalcada da 3ª Brigada de Cavalaria, deslocada para cobrir o flanco da 1ª Divisão, após a retirada de Bento Gonçalves.

Iniciou-se assim o recuo da 1ª Divisão. Já eram 14 horas, a batalha durava mais de seis horas, sem resultado decisivo. Os argentinos e orientais arremetiam em cargas furiosas, mas eram contidos pelas formações em quadrado de Barreto e de Calado. O fogo que se propagara à macega ressequida do terreno em que estavam os brasileiros, impulsionado por um vento forte, tornava o ambiente insuportável, pela fumaça e pelo calor. Escasseava a munição.

Barbacena então resolveu interromper o combate, apesar da insistência de Brown, que persistia na ideia de renovar as ações ofensivas. O movimento de retirada fez-se lento e ordenado pela estrada de Cacequi, marchando na frente a 1ª Divisão. A Divisão Calado conteve os últimos ataques inimigos. Os argentinos e uruguaios, cansados e abalados pelos insucessos das cargas, não efetuaram perseguição. Apenas o Coronel Lavalleja, com uma tropa de cavalaria, acompanhou o deslocamento à distância, sem disparar um tiro.

Alvear pensava em reunir as forças e retornar para o Passo do Rosário. Temia a chegada de reforços imperiais.

A luta durara cerca de oito horas consecutivas e pouco mais de 5 mil brasileiros enfrentaram um efetivo de mais de 8 mil platinos. As perdas foram muito grandes, em ambos os lados. Segundo o Barão do Rio Branco, tivemos uns 200 mortos e 150 feridos ou prisioneiros além de 800 extraviados. Nossos adversários tiveram cerca de 150 mortos e 250 feridos. A brigada de cavalaria de Bento Manuel não tomou parte na batalha. Perdeu o contato com o inimigo e não buscou restabelecê-lo. O historiador Tasso Fragoso diz o seguinte: "É difícil, senão impossível, liquidar hoje esse ponto controverso. Os contemporâneos guardaram da ausência do comandante da 1ª Brigada Ligeira impressão muito desagradável (...). Quaisquer, porém, que tenham sido as causas determinantes de seu procedimento, minha impressão pessoal é que em nenhuma delas se poderia descobrir seja temor, seja falta de patriotismo".

Barbacena retirou-se na direção do passo do Cacequi, transpôs o Ibicuí e acampou na margem direita. Em seguida, por São Sepé, atravessou o Jacuí na Passo de São Lourenço e estacionou na margem norte daquele rio. Deixara em São Sepé toda a cavalaria ao comando do General Barreto. A intenção de Barbacena, ao que parece, era estabelecer uma defensiva protegido por um obstáculo apreciável, mas deixava a descoberto o caminho para Porto Alegre.

O General Alvear, do Passo do Rosário, voltou a São Gabriel e logo depois ao arroio Los Currales, aonde chegou a 19 de março. A 13 de abril deixou Los Currales e, com tropas a

pé, reocupou Bagé. Segundo ele, era uma segunda invasão do Rio Grande. Após algumas ações de pequena importância, em contatos com destacamentos avançados de Barreto, em Santa Tecla e no Camaquã, pretendia Alvear investir novamente sobre o Rio Grande. A 9 de maio de 1827 o Coronel Bonifácio Isas Calderón surpreendeu o quartel-general de Oribe em Cerro Largo, aprisionando o chefe uruguaio e capturando muito material inimigo. O exército argentino rumou depois em direção a Melo, aonde chegou a 10 de junho e de onde Alvear oficiou ao Ministro da Guerra, informando sobre o deplorável estado de suas forças e concluindo pela conveniência de abandonar a luta por algum tempo.

4) Atividades Finais da campanha

O Marechal Henrique Brown assumiu o comando do exército em operações no sul em São Lourenço, em julho de 1827. Sabia da presença de Alvear em Melo e discordava dos pontos de vista estratégicos de Barbacena e do local de concentração escolhido. Reuniu inicialmente as forças em Cerrito e depois optou por São Francisco de Paula, para onde se deslocou em setembro de 1827.

Embora já se noticiasse que o General Lecor substituiria Barbacena no comando geral do exército em campanha, Brown prosseguiu tomando providências para a execução de seu plano que era penetrar na Cisplatina pela Coxilha Grande, subir a serra de Aceguá e ganhar o flanco direito do inimigo, em coordenação com um destacamento em Santa Tecla e um corpo enviado para este fim a Montevidéu. Contava com o efetivo de 9 mil homens. Tomando conhecimento da nomeação de Lecor em novembro de 1827, o Marechal Brown foi ao seu encontro em Rio Grande, onde recebeu instruções. A idéia de manobra de Lecor era defensiva e o planejamento elaborado teve de ser posto de lado. Por meio de ofício, Brown recebeu instruções para deslocar o exército para Candiota. Esse movimento para o norte animou Lavalleja que mandou ocupar a povoação deixada pelos brasileiros.

Sabendo que Lavalleja havia repassado o Jaguarão, Brown planejou um reconhecimento da força do inimigo. Os comandantes de nossas forças de cavalaria, que tinham prevenções antigas contra o chefe do estado-maior, discordaram da operação. A 9 de janeiro de 1828, Lecor chegou ao acampamento, resolvendo o incidente. Brown continuou no posto, mas João Crisóstomo Calado, Francisco Soares de Andréa e o Coronel Elzeário de Miranda e Brito deixaram o exército.

A operação iniciou-se a 28 de janeiro. A 23 de março chegou ao local um Ajudante do Imperador e no dia seguinte o Sr. Fraser, secretário da legação inglesa, com a missão de negociar um armistício entre as forças brasileiras e orientais.

Apesar das recomendações de Brown, Lecor relaxou as medidas de segurança e Lavalleja

aproveitou para atacar. O comandante do exército brasileiro então encarregou chefe do estado-maior, com três batalhões de infantaria e uma brigada de cavalaria, de investir contra o adversário. Brown logrou surpreender o inimigo no arroio Las Canas, obrigando Lavalleja a retrair-se para Cerro Largo.

A Argentina sentia-se esgotada. Debatia-se com sérios problemas internos e julgava-se sem forças para continuar a guerra, enquanto que o Brasil, aos poucos, se refazia do insucesso no Passo do Rosário, reorganizando paulatinamente suas forças. O interesse dos argentinos em buscar a paz devia-se à impossibilidade de suportar uma guerra prolongada. O embaixador argentino Manuel José Garcia foi mandado ao Rio de Janeiro para entabular as negociações de paz, resultando um acordo com o governo imperial.

Pela Convenção Preliminar de 24 de maio de 1827 a Argentina reconhecia "a independência e a integridade do Império do Brasil e renunciava a todos os direitos que poderia pretender no território da Província de Montevidéu, chamada Cisplatina". Esse acordo levantou uma onda de protestos em Buenos Aires e foi rejeitado pelo Presidente Bernardino Rivadavia em decreto assinado a 25 de junho.

A Inglaterra ofereceu mediação em 1826 e Lord Ponsonby conseguiu que Manuel Dorrego, Presidente da República Argentina, enviasse ao Brasil os Generais Tomás Guido e Juan Ramón Balcarce, em missão extraordinária.

A 27 de agosto de 1828 firmou-se a Convenção Preliminar de Paz entre o Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, pela qual se reconhecia a independência da Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina. Pelo Brasil assinaram os Ministros João Carlos Augusto de Oyenhausen Gravenburg - Marquês de Aracati -, José Clemente Pereira e Tenente-General Joaquim de Oliveira Álvares.

Da sangrenta luta travada na sanga do Barro Negro, junto ao Passo do Rosário, resultava uma nova nacionalidade. Antes de morrer, Artigas pôde em seu melancólico retiro em Assunção agradecer a Deus a concretização do almejado sonho de independência uruguaia.

b. Guerras no Prata

Antecedentes

As mais importantes lutas travadas pelo Brasil-Colônia e pelo Brasil-Império ocorreram na área platina, pela importância política e econômica que esta região apresentava. Muitos interesses entrariam em conflito na colonização da bacia platina, desde a chegada dos primeiros europeus. Foi uma área de choque das correntes colonizadoras hispano-lusitana, de cobiça de franceses e ingleses, de bases de piratas, de correntes de hostilidade contra índios charruas, de acolhimento da civilização jesuítico-guarani, meta de

audaciosos bandeirantes e, finalmente, espelho da política das metrópoles ibéricas e de suas relações no Velho Continente.

Um dos estágios críticos dessas lutas foi o desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata - integrado pelos territórios hoje pertencentes à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai e à Bolívia - após a revolução de 25 de maio de 1810. O Paraguai emancipou-se em 1811, com as vitórias obtidas em Paraguari e Tacuari. O Uruguai, anexado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, surgiu como Estado independente em 1828, em decorrência da solução política entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, depois da batalha do Passo do Rosário.

Em setembro de 1829, o caudilho Juan Manuel Rosas venceu as eleições para Governador da Província de Buenos Aires. Manteve-se nesta posição por 23 anos, subjugando os governantes das demais Províncias. Chegou ao poder pelo apoio dos federalistas desejosos de exterminarem os unitários. No Uruguai, o Presidente Rivera, eleito em 1830, foi substituído quatro anos mais tarde pelo seu Ministro da Guerra, Manuel Oribe. No Brasil a Regência enfrentava a Revolução Farroupilha, que ameaçava a integridade nacional e comprometia a posição brasileira no instável cenário político platino.

Rivera apeou Oribe do poder em 1838 após a batalha do Palmar, em 15 de junho. No ano seguinte efetivou-se como Presidente eleito em 1º de março de 1839. Rosas, mantendo o sonho da reconstrução do Vice-Reinado, tornou-se uma ameaça à independência uruguaia. Rivera aliou-se aos unitários anti-rosistas da Província de Corrientes. O caudilho argentino enviou Pascual Echagüe para combater esta aliança; acompanhavam-no Manuel Oribe, Justo José Urquiza, Juan Antonio Lavalleja, Servando Gómez, Eugenio Garzón e o Coronel Manuel Lavalleja. Rivera venceu-os em Cagancha a 29 de dezembro de 1839. Animado pelo êxito inicial organizou uma flotilha, cujo comando entregou a José Garibaldi, objetivando enfrentar os navios argentinos e reuniu uma coalizão contra Rosas. Com 7 mil homens, Rivera invadiu Entre Ríos, mas em Arroyo Grande foi derrotado por Oribe. No dia 6 de dezembro de 1842 Rivera recuou, com seus partidários, para a capital, sitiada pelas forças de Oribe.

As possibilidades econômicas da área, por outro lado, interessavam à França e à Inglaterra, sendo que esta queria a livre navegação da bacia do Prata e a independência do Paraguai e do Uruguai, benéfica para o seu comércio. A França não perdera a esperança de se estabelecer definitivamente na América do Sul, em área vantajosa. A diplomacia dos fortes, no entanto, costuma ser feita com a espada na mão. Às primeiras reações de Rosas, Buenos Aires foi bloqueada por esquadra francesa composta por nove navios sob o comando do Almirante Leblanc (1838). A atitude firmada por Rosas provocou o recuo da França, que suspendeu o bloqueio em 29 de outubro de 1840.

Enquanto isso, no Uruguai, Oribe sitiava Montevidéu, onde os colorados uruguaios e os unitários argentinos continuavam resistindo, sem capitular. Em 1843 Rivera dominava a campanha uruguaia.

A ameaça franco-inglesa provocou a aproximação das Províncias Unidas com o Brasil. Os dois países assinaram um tratado de aliança defensiva. O Império ratificou-o, mas Rosas, pensando ter resolvido as pretensões dos mediadores, rejeitou-o, semjustificação. Foi um sério desacerto político, agravado quando o caudilho deixou de receber o ministro brasileiro em Buenos Aires, Duarte da Ponte Ribeiro. Não foi só. Obteve da Inglaterra autorização para efetuar o bloqueio naval da capital uruguaia com sua esquadra sob o comando do Almirante George Brown. O governo imperial enviou ao Uruguai, para se fazer representar, o Ministro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1843) que não reconheceu o bloqueio efetivado pela esquadra argentina à capital uruguaia. Não tendo recebido respaldo do governo brasileiro a sua atitude, demitiu-se em seguida.

Estes processos diplomáticos constituíram uma afronta aos desejos de aliança e de boavizinhança do Brasil, que, conseqüentemente, mudou a política e enviou à Inglaterra a Missão do Visconde de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida, a fim de obter das potências europeias apoio e beneplácito para uma intervenção militar contra Rosas, pondo fim à sua política dominadora e expansionista. No entanto, a iniciativa não surtiu efeito. Prosseguindo na firme ideia de se opor às pretensões de Rosas, em 1844 o Império reconheceu a independência do Paraguai, que já tinha autonomia desde 1811, e cuja emancipação oficial fora decretada pelo Congresso Paraguaio em 1842, pouco depois da morte de José Gaspar Rodríguez de Francia.

No ano seguinte, Caxias conseguiu a pacificação no Rio Grande do Sul, trazendo tranquilidade para o Império.

Em 28 de março de 1845, o General Justo José Urquiza, a mando de Rosas, invadiu o Uruguai e em India Muerta derrotou Rivera, que se refugiou no Rio Grande, asilando-se, em seguida, no Rio de Janeiro. Oribe, preposto de Rosas, dominava agora todo o Uruguai, exceto a cidade de Montevidéu, que continuava sitiada.

Novo clamor de revolta contra o ditador se fez sentir na Argentina em 1846. O caudilho Juan Madariaga, irmão do Governador da Província de Corrientes, Joaquim Madariaga, aliou-se a Carlos López, do Paraguai, e ao General José Maria Paz, anti-rosista de projeção, sob assistência moral do Brasil. Paz, que era um idealista, organizou o exército Pacificador, contando com a participação de Solano López à frente de 5 mil paraguaios. A expedição fracassou e os 1.500 homens comandados por Pablo López, depois de invadirem Santa Fé e tomarem a capital da Província, foram totalmentedesbaratados.

De novo, Urquiza tentou pacificar a revolta a favor de Rosas. Antes da batalha decisiva,

os irmãos Madariaga acordaram com Urquiza o Tratado de Alcaraz, com a obrigação de expulsarem Paz. Rosas não ratificou a iniciativa de seu preposto. Indignado, anulou o Tratado e mandou outro a Urquiza para fazê-lo valer. Os Madariaga revoltaram-se. O combate de Potrero Vences deu a Urquiza a vitória final, em 1847.

Verificou-se então um desinteresse das potências européias sobre a área. A Inglaterra constatou não haver meios militares para sustentar suas pretensões - faltava-lhe uma base operacional local e eram necessárias forças terrestres. Passou, pois, a manobrar diplomaticamente e, em 1849, abandonou o bloqueio. A França, exausta de subvencionar os colorados de Montevideú - foram cerca de 10 anos de esperanças frustradas - abandonou, no ano seguinte, suas interferências no Prata.

O ano de 1850 tornou-se crítico. Na Argentina, Rosas ensaiou manobras políticas, inclusive a farsa da renúncia, para obter a saída de Urquiza, cuja sombra temia que o encobrisse. No Uruguai, Oribe desmandou-se, não respeitando propriedades dos brasileiros. Agitava a fronteira e instigava a luta contra os vizinhos.

No Brasil havia certa timidez diplomática ou uma cautela exagerada. A reação surgiu de alguns rio-grandenses exaltados. Ao grito do Barão de Jacuí, Francisco Pedro de Abreu, eles se armaram e invadiram o Uruguai, em ações locais, chamadas califórnicas. O governo brasileiro não concordou com o procedimento do barão e mandou prendê-lo.

Rosas exigiu satisfações do Império, de maneira descortês, através de seu embaixador no Rio de Janeiro, Tomás Guido. O Brasil não se impressionou, mas tentou dar explicações aos uruguaios, cujo governo de fato não reconhecia. Guido solicitou os passaportes e partiu, romperam-se as relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.

A Sala dos Representantes das Províncias Unidas autorizou Rosas a tomar providências para a incorporação do Paraguai. A ostensiva ação rosista quebrou o marasmo de nossa política. Agora, esperava-se no Brasil um confronto armado, a qualquer momento. Na elaboração do plano de guerra destacaram-se as medidas políticas através de alianças, as medidas econômicas pela substituição do apoio financeiro francês para a continuação da defesa de Montevideú e pelo respaldo econômico proporcionado pelo Barão de Mauá, e as medidas militares pelo fortalecimento do Exército e das forças navais.

Iniciando uma intensa ação diplomática, o Império enviou a Assunção José Antônio Pimenta Bueno, que assinou o tratado de reconhecimento da República do Paraguai contendo uma aliança defensiva e ofensiva. Por ele, o Brasil enviou ao Paraguai armas e munições, bem como uma missão militar (1851) composta de oficiais do Exército incumbidos de servirem de instrutores, destacando-se o Capitão Hermenegildo Portocarrero e o Tenente João Carlos de Vilagran-Cabrita.

Rosas, então no auge da glória e do poder, quis fazer desaparecer o concorrente que o

observava de Entre Ríos e usou de um estratagema - renunciou novamente. Urquiza, que na primeira tentativa havia se solidarizado com as demais Províncias no apelo dramático à continuidade do ditador, rebelou-se, passando a inimigo figadal de Rosas e propenso a colaborar com o Brasil.

Preliminares e causa da guerra

O Império brasileiro, pressionado pelos acontecimentos e diante da ostensiva agressividade do ditador argentino, procurou novas alianças.

Pandiá Calógeras escreveu o seguinte:

"A fim de preparar aliados e para evitar a acusação de que o Império se preparava contra a Argentina, o Brasil tratou de se unir aos argentinos que lutavam contra Rosas e lhes conferir a chefia da luta contra o ditador. A única coisa lógica, efetivamente, após o espalhafatoso rompimento de Rosas com o Império e a retirada no Rio de Janeiro do General Tomás Guido, Ministro da Argentina, era a aliança franca do Brasil com o governo de Montevideú; a 29 de maio de 1851 foi assinado o tratado ofensivo e defensivo do Império com esse governo, subscrito pelo Ministro brasileiro Silva Pontes, e pelo Uruguai e Entre Ríos, por Manuel Herrera y Obes e Antonio Cujás y Sampere, e explanado e posto em condições de se aplicar, pelo tratado do Rio de Janeiro de 12 de outubro de 1854".

O objetivo era apeiar Oribe do poder, atendendo aos interesses das partes contratantes. Para representar o Brasil junto aos novos aliados foi designado Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês do Paraná. Sem indecisões, o Brasil preparou-se para a guerra, aproveitando as lições do passado nas lutas platinas. O Conde de Caxias foi nomeado comandante em chefe das forças imperiais. Enquanto em Buenos Aires a Sala dos Representantes, a imprensa e algumas manifestações populares, mais ou menos açuladas pelo governo rosista, despejavam sobre o Império torrentes de injúrias, o Brasil preparava-se para a ação. O estuário platino representava papel saliente na contenda, de sorte que na Corte se teve o cuidado de convidar para o comando naval um oficial cheio de méritos e de serviços, conhecedor do teatro das futuras operações. A escolha recaiu sobre o Almirante John Pascoe Grenfell, inglês a serviço do Brasil desde 1823 e destacado combatente nas lutas de nossa Independência e da Revolução Farroupilha.

Embora tivesse havido improvisação de meios, o Império dispunha, no Prata, em 1851, de quatro divisões que eram comandadas por Bento Gonçalves, pelo Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira e por David Canabarro, além de um agrupamento de artilharia sob o comando de Silva Bittencourt. A Armada dispunha de uma fragata, sete corvetas, três brigues e seis vapores.

Em síntese, os objetivos da luta contra Oribe e Rosas eram os seguintes: a) manutenção dos limites com o Uruguai, firmados no Pacto de Montevidéu; b) manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai; c) defesa da livre navegação no Prata, fechada por Juan Manuel Rosas, em 1842; d) proteção da vida e da propriedade de brasileiros na região fronteira com o Uruguai; e) fazer face à predisposição política rosista contra o Império.

Teatro de Guerra

O historiador militar Genserico Vasconcelos assinalou que:

"A guerra de 1851-52 abarcou vastíssimo território - Província do Rio Grande, República Argentina e Estado Oriental. Se o Paraguai tivesse cumprido os compromissos do tratado de 25 de dezembro de 1850, obrigando-o a tomar parte na cruzada contra Rosas, aumentaria a extensão do teatro de guerra."

Destaca-se nessa região a presença de dois grandes rios, o Uruguai e o Paraná, dividindo-a, pelos critérios da época, em dois teatros de operações: o do Estado Oriental do Uruguai e o das Províncias de Santa Fé e Buenos Aires.

Nesse quadro destacava-se a importância das vias fluviais, onde se manifestava a superioridade de nossas forças navais. A escassez de pontes dificultava as operações militares das forças terrestres brasileiras.

No teatro de guerra, as populações eram rarefeitas e exíguos os recursos. A República da Banda Oriental do Uruguai tinha uma população de 131 mil habitantes, dos quais 40 mil estavam em Montevidéu. A indústria e a agricultura eram praticamente inexistentes, o comércio era fraco e estava prejudicado pela falta de garantias. Os exércitos não podiam contar com outros suprimentos, senão os da pecuária.

Na Província de Santa Fé a população era estimada em cerca de 30 mil habitantes e as dificuldades de abastecimento eram as mesmas. A Província de Buenos Aires, a mais rica da região, tinha 300 mil habitantes, possuindo quatro milhões de bovinos, um milhão e meio de equinos e de 12 a 15 milhões de ovinos; havia alguma agricultura próxima aos centros povoados.

Beligerantes

Os colorados uruguaios ainda permaneciam cercados em Montevidéu. Em meados de julho de 1851, havia cerca de 4 mil homens preparados para a campanha. Urquiza, rebelado contra Rosas, possuía um grupamento principal de forças diante da cidade de Paissandu, outro em frente a Salto e um terceiro, sob o comando de Benjamim Virasoro, diante de Passo del Higo.

Caxias, nomeado comandante das forças brasileiras, deslocou-se para Porto Alegre e acelerou a concentração de nossas forças de terras; em Livramento e Jaguarão, em fins de agosto, conclui-se a operação, ficando o grosso das tropas em Livramento e uma divisão, ao comando do Brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, em Jaguarão. Nossos adversários dividiram as forças em dois agrupamentos. Um sob o comando direto do próprio Oribe, em Passo Cuello; o outro, sob as ordens de seu irmão, Inácio Oribe, tinha a missão de observar as forças oponentes na linha do rio Uruguai e na fronteira do Brasil. Rosas dispunha de um grupamento de forças na região de Buenos Aires e de um outro de milícias na região de Diamante.

Operações contra Manuel Oribe

O Conde de Caxias lançou um destacamento sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Luís Osório para estabelecer ligação com Urquiza. Ficou então ajustado o estabelecimento de um plano de operações segundo o qual Urquiza passaria o rio Uruguai em Passo del Higo e, marchando paralelamente à nossa fronteira, se juntaria às forças brasileiras próximo à confluência dos rios Negro e Taquarembó. A esquadra apoiaria a transposição do rio e evitaria a ligação de Oribe com Rosas. A 18 de julho de 1851, Urquiza transpôs o rio Uruguai em Passo del Higo, Salto e Paissandu, não obedecendo ao plano preestabelecido com Caxias. Obteve êxito na manobra, tendo inclusive incorporado às suas forças a vanguarda, e avançou para leste. Servando Gómez chocou-se com o grosso das tropas de Inácio Oribe e, complacentemente, deixou-o retirar-se, a 2 de agosto.

A 11, realizou-se outro encontro de Osório, como representante do comando das forças do Império, com Urquiza, na localidade de Passo de Oribe. Estabeleceu-se que o caudilho aguardaria as tropas imperiais na região daquele passo, a fim de prosseguir na ofensiva. Como de costume, ele não honrou os compromissos assumidos. Marchou para o sul, regulando o avanço pelo deslocamento de Caxias, sempre pronto a beneficiar-se das forças brasileiras em caso de insucesso.

Oribe enfrentou Urquiza nas imediações de Montevideu. Após as primeiras escaramuças reuniu-se um conselho de chefes, que deliberou estabelecer negociações. Urquiza aceitou a capitulação de Oribe, pela Convenção de Passo Molino, dia 11, sem consulta prévia a seus aliados. O procedimento ressaltava, mais uma vez, a deslealdade de seus propósitos. A capitulação não se restringia a um ato militar, mas motivava profunda repercussão no cenário político.

As operações conduzidas por Caxias revelavam tino político e habilidade militar. Na Ordem do Dia nº 18, de 4 de setembro de 1851, disse ele:

"Soldados! Ides combater a par de bravos adestrados nos combates, esses bravos são

nossos amigos, são nossos irmãos de armas. A mais perfeita e fraternal união deveis, pois, com eles manter. Que nenhum outro sentimento em vós se manifesta além do desejo de excedê-los nas virtudes do verdadeiro soldado. Não tendes no Estado Oriental outros inimigos senão os soldados do General Dom Manuel Oribe; estes mesmos enquanto iludidos empunharem armas contra os interesses de sua pátria. Desarmados ou vencidos são americanos, são nossos irmãos e como tais os deveis tratar".

Na marcha para o sul, não se defrontou com o inimigo. Percorreram-se cerca de 500 quilômetros em terreno difícil, agravado pelo mau tempo. Os trens de campanha compunham-se de mais de 100 carretas. A coluna contava com 16 mil homens, havia falta de áreas de acantonamento e a necessidade de segurança tornara difícil o longo deslocamento, com etapas diárias de 17 quilômetros, comprovando o elevado grau de abnegação, resistência e espírito de sacrifício do soldado brasileiro.

Caxias avistou-se com Urquiza em 15 de outubro, assentando as bases iniciais das futuras operações contra Rosas. Terminara a campanha contra Oribe. O caudilho não traria mais desgraça ao país. Estavam garantidas a vida e a propriedade dos brasileiros residentes na fronteira com o Uruguai, mas restava ainda erradicar o cerne da tirania na região platina.

Vitória Inicial da Diplomacia

Para estabelecer as bases da campanha contra Rosas firmou-se em 21 de novembro de 1851 um tratado entre os aliados. Mas o acordo, que tivera a participação de diplomatas e militares, apresentava muitas imperfeições.

Não ficou, por exemplo, estabelecido um comando unificado para a coordenação das operações com as forças aliadas. Em termos militares ficou estipulado que Urquiza comandaria as forças invasoras e Caxias permaneceria no Estado Oriental, no comando de suas tropas, atendendo às solicitações de Urquiza e só tomando a iniciativa de intervir diretamente, na margem oposta, se a situação o exigisse.

A participação direta do Brasil era representada por uma divisão constituída de 4 mil homens, ao comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa. A Esquadra, comandada pelo Almirante John Pascoe Grenfell, colocar-se-ia em trechos convenientes a uma melhor cooperação com as forças de invasão.

O tratado, redigido com habilidade, regulava a guerra contra o caudilho Rosas e não contra a Argentina. O Império não reivindicou o comando geral para o seu representante e contribuiu para a derrota do ditador sem criar antipatias no âmbito da Confederação Argentina e nas próprias relações internacionais. Na verdade, tratava-se de uma guerra externa com feição de guerra civil; era, pois, aceitável que a invasão fosse comandada por um chefe político natural do próprio país invadido, no caso Justo José Urquiza.

Segundo o historiador militar Marechal José Bernardino Bormann, o plano de operações dos aliados consistia no deslocamento do exército brasileiro para Colônia do Sacramento, onde permaneceria enquanto Urquiza transporia o rio Paraná, em Diamante, de onde prosseguiria, acompanhando o rio, até Santos Logares, região onde se encontrava o exército de Rosas, sendo coadjuvado nessa operação por uma divisão brasileira. Depois do engajamento entre os dois exércitos, Caxias deveria passar o Prata e operar um desembarque em Quilmes, ao sul de Buenos Aires, apoderando-se dessa cidade ou atacando os rosistas pela retaguarda, se a batalha não estivesse decidida.

Rosas dispunha de vários planos diferentes, apresentados pelos seus mais destacados chefes, entre eles, Martiniano Chilavert, Lúcio Mansilla, Hilário Lagos e Angel Pacheco. Decidiu-se, por fim, pelo último, que previa a permanência do grosso das tropas próximo a Buenos Aires, onde deveria ser travada a batalha decisiva; além disso, um corpo de cavalaria retardara o avanço aliado e seria absorvido pelo grosso, ao final.

A região de Diamante foi escolhida para a transposição do rio Paraná; para lá se dirigiram as forças atacantes. Os argentinos movimentaram a cavalaria com seus próprios meios para Gualeguaiçu. A infantaria e a artilharia valeram-se do transportada esquadra brasileira até aquela localidade, à margem do rio Uruguai. Reunidas todas as forças, atravessaram o Uruguai e, por terra, marcharam para a zona de concentração aliada. Em meados de dezembro, os argentinos concluíram o movimento. O contingente uruguaio, sob o comando de César Díaz, com 1.670 homens, também foi conduzido pela esquadra a Potrero Pérez; os uruguaios prosseguiram por terra e, vencendo muitas dificuldades impostas pelas chuvas, alcançaram Diamante no dia 30 de dezembro.

Os brasileiros compuseram as forças de invasão aliadas com a 1ª Divisão, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Sousa. Composta de três brigadas, embarcou em meados de dezembro, no porto de Colônia, com destino ao local de concentração.

No dia 30, todos os elementos estavam perfeitamente integrados, apesar das dificuldades. No Passo de Tonelero, no rio Paraná, perto da barranca Acevedo, os rosistas, ao comando do General Lúcio Mansilla, assestaram 16 peças e, com 2 mil homens, aguardaram a chegada da nossa esquadra, composta de sete navios sob o comando do Chefe-de-Esquadra Grenfell, com a missão de impedir o prosseguimento e, assim, desmontar o plano concebido pelos invasores. Em 17 de dezembro de 1851, os navios e guarnições suportaram, durante 80 minutos, o fogo dos argentinos, respondendo com ardor e entusiasmo que se refletia na presença de Grenfell. Este, em grande uniforme, acompanhava as operações do passadiço de sua capitânia, juntamente com o Brigadeiro Marques de Sousa e os generais argentinos Bartolomeu Mitre, Venceslau Paunero e Domingos Faustino Sarmiento, que se haviam postado política e militarmente contrários a

Rosas. O êxito desta ação arrojada conduziu ao seu objetivo a tropa brasileira e abriu a via fluvial ao apoio das operações. No dia 20 atingiram Diamante.

A Transposição do Rio Paraná

A transposição do rio Paraná começou antes da concentração de todas as forças em Diamante. A passagem para a margem direita iniciou-se a 23 de dezembro, com a travessia em primeiro lugar das divisões de cavalaria entrerrianas, garantidoras da transposição do grosso das tropas.

Os vapores brasileiros rebocaram as embarcações carregadas até a margem oposta, desembarcando as tropas e retornando à outra margem, num movimento de vaivém. Uma divisão de cavalaria obteve permissão para transpor o rio a nado, mas, como o Paraná é caudaloso, muitos homens e animais se afogaram ou se extraviaram, reduzindo o efetivo da grande-unidade. A transposição do curso d'água exigiu vários dias, sem qualquer reação do inimigo, que permanecia estático em Corona, na Província de Santa Fé, acabando por retrair sem esboçar qualquer resistência. Urquiza resolveu transferir o local de concentração, na margem direita, de Corona para Espinillo, mais ao sul, ultimando-a em 8 de janeiro de 1852, quando passou a contar com todo o exército aliado.

Reunido em Espinillo, o "Exército Grande da América do Sul", denominação dada por Urquiza às tropas aliadas, tomou o rumo de Buenos Aires, com uma vanguarda de cavalaria precedendo de dois dias de marcha o grosso das tropas. Os rosistas, à medida que os aliados progrediam em observância ao plano do General Angel Pacheco, retiravam-se.

O Coronel Lagos, certa vez, tentou uma resistência séria no Arroyo del Medio, mas, como sempre, a ordem de retrair veio de pronto, primeiro para Salto, e daí para Santos Logares, facilitando o avanço das forças aliadas.

Nas proximidades do arroio Dulce havia tropas de cavalaria rosistas que não opuseram dificuldade. Atacados de surpresa, refluíram logo para Luján.

Dada a inexpressiva e apática resistência dos soldados do caudilho, prosseguiram os aliados seu movimento sem embaraço para Luján, que também fora abandonada. Por fim, inesperadamente, Rosas decidiu resistir e barrar o avanço, aproveitando-se do corte do rio das Conchas. Determinou ao General Pacheco que defendesse obstinadamente a Ponte do Marquês, sobre aquele curso d'água. Travou-se o entrechoque de forças de cavalaria, com expressiva vitória alcançada pela vanguarda aliada. Esta, então, deteve-se, esperando pelo grosso das forças, que chegou no dia seguinte. Urquiza novamente dispunha de todos os seus elementos em marcha para o combate final.

A Batalha de Monte Caseros

Vencido o rio das Conchas, cuja ponte inexplicavelmente não fora destruída pelo inimigo, novo obstáculo se apresentou ao prosseguimento dos aliados - o arroio Morón. O General Urquiza tomou a disposição clássica para o combate, em linha paralela ao curso d'água, com o grosso das forças de cavalaria nos flancos, enquanto o inimigo ocupava a outra margem. Parecia decidido a combater. O próprio Rosas assumiu pessoalmente o comando das tropas e as conduziu na batalha decisiva, que, em última instância, impediria a entrada dos aliados em Buenos Aires.

A noite de 2 para 3 de fevereiro transcorreu tranquila. O inimigo permaneceu estático em suas posições. Ao amanhecer, Urquiza resolveu transpor o arroio que, segundo os reconhecimentos, se revelara, de modo geral, difícil pela natureza de suas margens. Fê-lo pela única ponte existente e por um pequeno vau, descoberto durante a operação de travessia. Entretanto, teve o cuidado de simular uma passagem no arroio que ficava no flanco direito do inimigo, buscando iludi-lo quanto ao local exato da operação. Essa manobra não poderia enganar o adversário. Facilmente Rosas descobriria o ponto exato da transposição e lançaria todas as forças contra Urquiza, no momento crítico da transposição do obstáculo. O chefe portenho, no entanto, conservou-se inerte. Não mandou nem destruir a única ponte, como seria lógico e previsível.

E o exército de Caxias, em Sacramento, o que fazia? Lima e Silva não dispunha de notícias da longa marcha do exército aliado e estava apreensivo quanto à sorte de sua divisão. Resolveu concentrar toda a força naval e os meios de transporte fluvial disponíveis em Colônia. Preparou-se, enfim, para intervir. Face à eventualidade de ter de desembarcar na costa de Buenos Aires, embarcou a 17 de janeiro na fragata D. Afonso, capitânia de Grenfell, em direção à capital portenha. Percebido o vaso de guerra brasileiro, uma multidão encheu as praias. Navios estrangeiros – ingleses, franceses e sardos – saudaram o nosso pavilhão, indo os comandantes visitar os altos chefes militares. Não houve reação de terra, apesar de estar no porto uma flotilha rosista e haver numerosa guarnição na cidade, inclusive com meios de artilharia. Caxias realizou o reconhecimento vagarosamente, selecionou os pontos de desembarque e retornou à Colônia.

Nos arredores de Buenos Aires, perto de arroio Morón, pouco antes do choque das forças oponentes, era a seguinte a ordem de batalha:

Rosistas: a infantaria, em linha, ocupava uma coxilha dominante. À direita, uma ala de cavalaria e os baluartes de El Palomar e a Casa de Sotea, ambas bem guarnecidas. No centro, a artilharia e no flanco esquerdo, enquadrando o dispositivo, outro grupamento de cavalaria.

Aliados: no flanco esquerdo, uma divisão de cavalaria oriental. Ao centro, a divisão brasileira do Brigadeiro Marques de Sousa, a divisão da infantaria argentina e entre elas a artilharia. Na ala esquerda estava o grosso da cavalaria aliada, sob o comando direto do General Urquiza.

Pela manhã começou o duelo entre as artilharias. As baterias brasileiras, de menor calibre, depois de avançar e abrir fogo retraíram-se por ordem do Brigadeiro Marques de Sousa, que assim se justificou, segundo o historiador militar Genserico de Vasconcelos:

"Tendo às 8 horas da manhã feito o inimigo jogar sua artilharia sobre nossa linha, mandei imediatamente responder-lhe pelas nossas baterias, reconhecendo, porém, que os tiros eram ineficazes nesta distância, atento à diferença de calibres, fiz cessar fogo e retirar a bateria, para não ficar exposta inutilmente".

Urquiza passou em revista as tropas e ao cruzar pela divisão brasileira ordenou ao comandante atacar o centro do dispositivo inimigo, logo que sentisse os movimentos da infantaria à sua direita, que estava ao comando de José Miguel Galán. Próximo das 9 horas, Urquiza, ao atingir a ala direita, que comandava pessoalmente, partiu para a carga, esquecendo-se de suas elevadas funções nas forças aliadas: sem determinar o avanço de José Miguel Galán manteve imóvel, conseqüentemente, a tropa brasileira. O Brigadeiro Marques de Sousa, preocupado com a demora do avanço da infantaria portenha, provocou uma definição de Benjamin Virasoro, chefe do estado-maior que se limitou a informar que Urquiza atacava a retaguarda do flanco inimigo. Nesse momento os orientais avançaram; Marques de Sousa, sentindo a dificuldade que encontrariam para abordar o ponto fortificado da posição inimiga, não se deteve e, com nossos briosos soldados, lançou-se sobre as forças inimigas. O ímpeto levou de vencida El Palomar e Caseros: caiu o último baluarte rosista.

César Díaz e Martiniano Chilavert tentaram uma retirada em ordem, chegando à povoação de Corón. Na localidade enfrentaram a última carga da divisão Lamadrid, onde, mais uma vez, se destacou a participação do 2º Regimento de Cavalaria, comandada pelo bravo Osório.

Rosas fugiu para a Inglaterra. O povo argentino estava livre da ditadura rosista. Acabara a campanha. Rosas e a longa história do caudilhismo platino passaram à História como recordação de dias difíceis para os nossos vizinhos.

A 1º de março, digna de respeito e reconhecimento dos aliados, regressou a Montevideu a 1ª Divisão de Infantaria Imperial, sendo saudada na ocasião, pelo comandante do exército aliado com a seguinte proclamação:

"Brasileiros!"

"A Justiça, a Liberdade e a Glória vos chamaram ao rio da Prata e cooperastes para a

salvação de duas repúblicas e o aniquilamento de seus tiranos".

"Graças e imortal honra a vós e a vossos filhos, veteranos do Império!"

"O amor, admiração e gratidão destes países se associam hoje a vossa terna despedida".

"Preenchestes o sagrado compromisso de Aliados da Liberdade, granjeastes as simpatias do mundo e tendes assegurado o porvir e a dignidade de vossa pátria".

"Firmes colunas da Majestade Imperial, sobre vossos ombros seja ela perdurável e se honrará sempre de proclamá-lo o vosso leal amigo e companheiro d'armas - Justo José Urquiza".

Consequências

A campanha de 1851-2 que se encerrou com a vitória em Caseros, numa operação combinada de forças militares de três nacionalidades distintas, teve as seguintes consequências diretas:

- Brasil obteve os limites que pleiteava com o Uruguai;
- ficou confirmada a independência do Paraguai e do Uruguai;
- ficou reconhecido nosso direito à livre navegação do Prata;
- houve uma justa reparação aos habitantes brasileiros no Uruguai, que tinham sido espoliados em suas propriedades, ameaçados em suas vidas, ofendidos em sua honra.

Terminada a campanha contra Oribe, apesar da anistia geral concedida, a República da Banda Oriental do Uruguai não desfrutou da tranquilidade interna, almejada não só pelos uruguaios como pelos brasileiros que habitavam áreas fronteiriças, no Rio Grande do Sul.

Tendo aquele país permanecido longo tempo sob o controle das forças de Oribe, era de se esperar que seus simpatizantes e correligionários continuassem numerosos e as eleições procedidas levassem ao governo do Uruguai pessoas comprometidas com a situação anterior. Alguns políticos banidos pela intervenção brasileira voltaram ao poder cheios de ressentimentos contra os argentinos e principalmente contra os brasileiros. A pacificação interna do Uruguai tornou-se difícil: o ódio político e a discriminação mútua de blancos e colorados acentuou-se com a eleição do blanco Juan Francisco Giró.

O novo mandatário pretendeu anular o Tratado de Limites de 1851, pouco antes firmado com o Brasil. Só recuou quando o Império ameaçou ocupar militarmente o território entre o Arapeí e o Quaraí, o que não se concretizou graças à mediação do General Urquiza.

Em 18 de julho de 1853, eclodiu na Banda Oriental um movimento revolucionário colorado, liderado pelo General Melchor Pacheco y Obes. Pouco depois, em 24 de setembro, Giró renunciou. Organizou-se então um triunvirato composto por Lavalleja, Rivera e Venâncio

Flores. Com a morte dos dois primeiros, Flores foi eleito Presidente, em 12 de março de 1854, para completar o mandato de Giró. Conduziu-se com moderação, ensejando a criação de um terceiro partido, o Conservador, abrigando elementos das duas correntes. Entretanto, isso não foi o suficiente para desarmar os espíritos e diminuir o calor das lutas políticas.

O Brasil acompanhava a situação atentamente, preocupando-se com o desenrolar dos acontecimentos. As violências que ocorriam no Uruguai refletiam-se invariavelmente no Rio Grande do Sul: a raia demarcatória, em grande parte em linha seca, facilitava a convivência estreita de famílias brasileiras e uruguaias, criando laços afetivos, econômicos e políticos entre gaúchos e orientais.

Muito tempo antes, o comandante da 2ª Brigada do Exército, com jurisdição na fronteira do Jaguarão, fizera recomendações para que na área não se fizessem manifestações relativas às disputas internas do Uruguai.

Vendo agravar-se a situação, o Presidente Flores solicitou ao governo imperial um empréstimo financeiro e o deslocamento de uma divisão do exército brasileiro para o território uruguaio, aprovados pelo Legislativo uruguaio em 20 de março de 1854.

O Brasil, interessado no restabelecimento da ordem interna no Estado Oriental e compelido a auxiliá-lo moral e materialmente, de acordo com o Tratado de Aliança de 12 de outubro de 1851, determinou que uma Divisão de Observação penetrasse na Banda Oriental. Nos últimos dias de março de 1854, a força, com 4 mil homens sob o comando do Brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, partiu de Piraí Grande, perto de Bagé, e transpôs a fronteira, dirigindo-se para Montevidéu. Chegou a 3 de junho, indo aquartelar em Unión. Logo após foi saudada por navios de guerra brasileiros no porto e recebida com entusiasmo pelo General Venâncio Flores, Presidente da República.

Por que se envolveu o Brasil nas lutas políticas do Uruguai? Por que não aproveitou as lições da campanha de 1851-52?

Por causa da fronteira. Porque a instabilidade política do Uruguai repercutia no Rio Grande do Sul, criando dificuldades inesperadas, afrontando a autoridade do governo brasileiro. Retornávamos ao Uruguai em missão de paz. Empenhávamo-nos em prol do renascimento político daquele país que sonhava passar do caudilhismo para a mais liberal das formas de governo.

A Divisão de Observação, no cumprimento de sua delicada missão, talvez tenha na oportunidade sido incompreendida, parecendo intrusa e antipática aos olhos de muitos orientais, mas ela honrou as tradições militares do Império, portando-se com serenidade e imparcialidade, e buscou desenvolver no Uruguai os hábitos constitucionais, sem ferir sua nacionalidade.

A presença da força brasileira diminuiu a agitação das disputas partidárias, proporcionando ao Presidente Flores ânimo para convocar o povo, por meio de comícios, para participar da renovação política. Criou também ambiente de segurança capaz de promover o regresso de alguns emigrados uruguaios e infundir confiança nos adversários políticos do governo para que concorressem à eleição.

Reconhecendo ser impossível vencer a oposição que o afligia, Flores renunciou, em 10 de setembro, sendo substituído interinamente por Manuel Bustamante, Presidente do Senado. A 14 de novembro de 1855, a Divisão Brasileira iniciara o seu regresso ao Brasil, transpondo a fronteira no dia 19 de dezembro.

O correto e eficiente desempenho da força brasileira angariou o reconhecimento do povo uruaio.

Também provou ter sido uma medida acertada, considerando os ulteriores acontecimentos na fronteira, quando a constante violação da fronteira no Rio Grande do Sul, promovida pelos partidários de Aguirre, exigiria a intervenção militar no Uruguai, às vésperas da Guerra da Tríplice Aliança.

c. Guerra da Tríplice Aliança

O Início

A Guerra da Tríplice Aliança foi o conflito internacional de maior duração na América do Sul.

Apresentou diversas particularidades, passando pela utilização de novos armamentos e munições decorrentes da industrialização e inovações tecnológicas na Europa e Estados Unidos, condições geográficas específicas e o contexto político-estratégico em que se desenvolveu a guerra.

A partir da década de 1970, a visão política-estratégica da historiografia do conflito valorizava uma interpretação de suas origens com relação a interesses imperialistas britânicos e resistência regional paraguaia a projetos hegemônicos, demonstrando um “sentido social” nos seus propósitos e políticas. Alguns fatos que comprovam que tais teses não se sustentam são a relação diplomática abalada entre Brasil e Inglaterra pela Questão Christie e o aspecto ditatorial-familiar e baixo desenvolvimento e limitado processo de modernização paraguaio, restrito a aspectos militares.

As pesquisas mais recentes, entretanto, direcionam para questões geopolíticas e estratégicas regionais ligadas à livre navegação da bacia do Prata (fato que garantiria ao Brasil melhor comunicação com suas províncias do Centro-Oeste, Mato Grosso e Goiás) e interesses de articulação de um poderoso Estado unificador do antigo Vice-Reino do Prata.

O Paraguai se mantivera em relativo isolamento sob a ditadura de José Gaspar de Francia. Com sua morte e ascensão de Carlos Antonio López ao poder, o país, foi, aos poucos, se abrindo ao comércio exterior e buscando resolver suas pendências com seus vizinhos. Em relação à Argentina, era a própria independência do país que estava em jogo, já que não era reconhecida por Buenos Aires. Com o Brasil, a questão girava em torno da abertura do rio Paraguai à livre navegação e à disputa de territórios fronteiriços com a província do Mato Grosso.

A partir de 1850, López buscou modernizar o Paraguai, mas esta mudança ateve-se basicamente no plano militar. Sua preocupação defensiva era com seus dois maiores vizinhos, a República Argentina e o Império do Brasil. Além de disputas territoriais, existia um abismo ideológico, pois enquanto nos dois funcionam – com restrições – instituições liberais, o Paraguai o governo era autoritário e sem representatividade de outros setores da sociedade.

O Conflito

Até a década de 1860, os paraguaios, habilmente, jogaram com as rivalidades entre o Império e a Argentina, contando com certo apoio do primeiro, para assegurar seus interesses. Com a subida ao poder de Francisco Solano López, filho de Carlos Antonio, em 1862, o Paraguai mudou sua política passando a interferir mais ativamente nos negócios da região e buscando constituir alianças com facções em luta nos países vizinhos: com o general Urquiza, caudilho das províncias de Entre Ríos e Corrientes e opositor do governo unitarista de Bartolomeu Mitre em Buenos Aires, e com os blancos uruguaios.

Do lado argentino, consolidava-se o Estado Nacional, após décadas de instabilidade e guerras civis, resultado do esforço da burguesia mercantil de Buenos Aires de impor seu domínio sobre as províncias do interior. Seu projeto passava por uma política nacional centralizada.

Os interesses comerciais e políticos dos países platinos coligiam para as questões do uso do porto de Montevideu e o modo de regulação da navegação no Prata.

Os blancos uruguaios, apoiados pelo Paraguai, resistiam às pressões brasileiras para indenizar perdas de estancieiros riograndenses que supostamente tiveram seu gado roubado por uruguaios, conflitos antigos estes. Donos de terra no Brasil e no Uruguai, os criadores riograndenses queriam que o governo daquele país coibisse a fuga de escravos do Rio Grande para o Uruguai e mesmo que providenciasse sua devolução para seus antigos proprietários, além de se queixar de perseguições no país vizinho. Interesses brasileiros também dominavam as finanças uruguaias. Em 1864, tropas imperiais invadiram

o Uruguai.

O governo paraguaio apoiou análises diplomáticas uruguaias de que a Argentina e o Brasil teriam planos secretos de por um fim à independência uruguia dividindo seu território, voltando-se depois para o Paraguai. O navio brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado em Assunção e em dezembro tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso. Solano López, acreditando no poderio de seu exército, numeroso mas mal equipado, e superestimando as dissensões internas na Argentina e no Brasil, após advertir que não admitiria a interferência brasileira, invadiu a província do Mato Grosso, pedindo permissão à Argentina para que suas tropas pudessem atravessar seu território, socorrendo o Uruguai e invadindo o Rio Grande. Diante da negativa do governo Mitre, que, de fato, apoiava a intervenção brasileira contra os blancos uruguaios, invadiu Corrientes, na esperança de contar com o apoio do general Urquiza, que se opunha ao governo mitrista. Suas previsões fracassaram. Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança e, após derrotaram os paraguaios em Uruguiana, expulsaram suas tropas da Argentina e prepararam a invasão do Paraguai.

O comando inicial das tropas pelo Presidente argentino Mitre foi um modo de demonstrar, aos demais países, que não havia na guerra intenção expansionista brasileira.

Acreditava-se que a guerra seria breve, mas depois de uma primeira grande batalha campal em Tuiuti, em maio de 1866, com grandes perdas pelo exército paraguaio, os aliados depararam-se com as fortificações de Humaitá às margens do rio Paraguai, permanecendo praticamente inativos por mais de um ano. Enfrentando um inimigo ferrenho em um terreno pantanoso e desconhecido, mostraram-se incapazes de progredir. Em julho de 1867, uma tentativa de assalto às posições paraguaias em Curupaiti resultou em uma sangrenta derrota aliada. Humaitá só seria capturada em agosto do ano seguinte.

Nesta altura, a guerra já era conduzida praticamente pelas forças brasileiras. Enfrentando uma forte oposição ao recrutamento e rebeliões armadas, o governo argentino teve que reduzir drasticamente seu contingente na frente de operações. O Exército Brasileiro, sob o comando de Caxias, tivera que passar por uma forte reestruturação para se adaptar às condições de uma guerra prolongada e de tais proporções.

Os paraguaios, apesar as perdas sofridas, reorganizaram uma nova linha de defesa, com um novo exército, um pouco mais acima, às margens do rio Paraguai. Em dezembro de 1868, após uma série de combates, eles foram novamente derrotados e Assunção foi ocupada pelos brasileiros em janeiro de 1869. López conseguiu fugir e organizar um novo exército, em sua maioria formada por velhos e crianças, no norte do país. Caxias, considerando que o prosseguimento da guerra era inútil e que somente os argentinos,

fornecedores de suprimentos para o exército aliado e, no fundo, a principal ameaça à hegemonia brasileira na região, angariariam alguma vantagem com o prosseguimento, retirou-se. Assumiu o comando o conde D'Eu, nobre francês marido da Princesa Isabel. Depois de mais uma batalha em Campo Grande, em que perdeu seu último exército, em agosto de 1869, Francisco Solano López, acompanhado de um punhado de seguidores, ainda conseguiu evadir-se. Em 1º de março de 1870, seu acampamento foi cercado e ele foi morto pelas forças brasileiras que o perseguiam.

No Brasil, as precárias condições em que se encontravam as forças armadas causaram problemas para a mobilização de efetivos e composição dos meios de combate. A falta de um sistema de mobilização eficiente levou a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, apelando para o nacionalismo e patriotismo para o recrutamento, o que se mostrou insuficiente. Logo, as autoridades, depois de lançarem mão do recrutamento dos efetivos disponíveis dos corpos policiais e da Guarda Nacional para formar os corpos de Voluntários da Pátria, passaram a promover o recrutamento no seio das camadas populares. Os recrutas, designados de Voluntários da Pátria, eram, como usual, em sua grande maioria, negros e mestiços livres. Escravos também se apresentaram ou foram recrutados. Muitos fugiam e se alistavam como homens livres, outros eram libertados para a guerra por seus senhores, como substitutos, isto é, no lugar de outra pessoa; em troca de indenização pelo governo; ou ainda como um ato colaboração voluntária para o esforço de guerra.

Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram em todos os exércitos do conflito, mas o número de ex-escravos não teria ultrapassado 10% do conjunto das tropas. A imagem de que o exército Imperial era composto por escravos resulta do equívoco de pensar que todo negro era escravo.

Conclusão

A Guerra da Tríplice Aliança representou um marco significativo para a geopolítica platina, influenciando decisivamente sobre diversos aspectos dos campos do poder dos quatro países envolvidos.

No Brasil, o esforço do Estado Monárquico na sustentação militar, diplomática e financeira do conflito convergiu as contradições políticas e sociais brasileiras, impulsionando o republicanismo e a crise do sistema escravocrata.

No campo militar, o Exército saiu fortalecido em suas aspirações e ideais, adquirindo identidade própria e dissociando-se da monarquia, podendo-se considerar a experiência de guerra verdadeiro referencial do cerne da discórdia entre os militares e a monarquia. As dificuldades com mobilização também indicaram a necessidade de um sistema de

recrutamento, formação de reservas e mobilização que viria a iniciar a percepção da necessidade de um serviço militar obrigatório eficiente, o que só seria atingido muito posteriormente no século XX.

As experiências do sofrimento da tropa e da campanha por falta de preparo e prontidão incentivaram futuramente líderes militares a planejarem alterações e mudanças no Exército, como o “relatório Mallet” e a reforma de Hermes da Fonseca.

As dificuldades de transporte e acesso ao Oeste brasileiro na Campanha do Mato Grosso resultaram no esforço de integração, a longo prazo, com o sudeste do Brasil, materializado por Rondon.

No campo político, no pós-guerra a participação dos militares na política acentuou-se, absorvendo-se a influência do pensamento Positivista e a visão dos militares como partícipes da implantação desta visão de sociedade no Brasil.

No campo econômico, o Brasil teve de recorrer a grandes quantias de recursos para a Guerra, gerando endividamento e estagnação econômica.

A Argentina saiu do conflito atingindo a consolidação da centralização de seu Estado, e o Uruguai fortaleceu suas instituições de governo após anos de conflito, mas continuou a rivalizar politicamente com o Brasil nos anos vindouros sobre as questões de hegemonia no Prata.

No Paraguai, ocorreram perdas de territórios disputados com a Argentina e o Brasil, findando-se o Estado autoritário e patrimonial, mas não se refletindo em desenvolvimento econômico ou social.

A política do Império do Brasil em relação ao Prata buscou alcançar três objetivos;

- A livre navegação garantindo a comunicação com a província do Mato Grosso;
- A delimitação das fronteiras pendentes com o Paraguai; e
- Conter a influência Argentina sobre o Paraguai, evitando-se ambições geopolíticas de reunificação do Vice-Reino do Prata.

Estes objetivos acabaram sendo alcançados, mas o Império do Brasil saiu enfraquecido econômico e politicamente.

11. BRASIL REPÚBLICA

a. Campanhas militares na República Velha

Campanha de Canudos (1893-1897)

A história da criação de Canudos é sabida, bem como a da figura de seu líder, Antônio Conselheiro. Porém, ele não era uma figura dissociada da cultura e política do interior da Bahia em fins do século XIX. Sua capacidade de arrastar multidões com seus sermões rapidamente foi vista pelos líderes políticos locais, que viam nele a forma de obter trabalhadores e votos.

De fato, a política local forneceu elementos para aumentar a crise no sertão, pois os oponentes do governador acreditavam que sua inação era na verdade um estratagema para usar Conselheiro em seu favor nas eleições de dezembro de 1896. Boatos foram espalhados por todo interior, chegando rapidamente a capital Salvador, dando conta de que Conselheiro planejava tomar cidades vizinhas.

Para não ficar em xeque, Vianna pediu ao governo federal homens do Exército, já que por diversas vezes os soldados da Polícia Militar da Bahia já tinham travado várias ações contra os seguidores do beato, sem sucesso. O comandante do 3º Distrito Militar, responsável pelas tropas do Exército na Bahia, general Frederico Sólton, se manifestou contra, e Vianna só obteve os soldados por gestões junto ao governo federal, pois era aliado político do vice-presidente Manoel Vitoriano, Presidente da República em exercício devido a uma licença médica de Prudente de Moraes.

Essa força iria compor a primeira expedição contra Canudos, comandada pelo Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, composta de três oficiais e 104 soldados, do 9º Batalhão de Infantaria. A tropa seguiu por trem até Juazeiro, e de lá marchou até Uauá, onde esperou pelo ataque dos homens de Conselheiro. A vila foi esvaziada pela população em pânico, ficando nelas apenas os soldados do Tenente Pires Ferreira.

Os sertanejos não demoraram a chegar, ao amanhecer de 21 de novembro de 1896, armados com facões, lanças e algumas armas velhas. Eram por volta de 500 homens contra os 104 de Pires Ferreira. O combate durou quatro horas, e por fim os sertanejos se retiraram, batidos pela defesa obstinada dos soldados. Porém, a parte de combate de Pires Ferreira relatou problemas que foram postos de lado pelos comandos militares nas expedições futuras, uma decisão desastrosa.

Fuzis que esquentavam demais, fardas que se transformavam em farrapos e calçados que rapidamente desapareciam, deixando os soldados descalços, nas longas marchas empreendidas pelos sertões. Não foram fornecidas tendas, e, portanto, os soldados tinham de dormir ao relento. Isto acabou sendo um traço comum até a quarta expedição.

Como Canudos não tinha sido desbaratada, uma nova expedição foi preparada, desta vez sob o comando do Major Febrônio de Brito, composta por homens do 9º Batalhão de Infantaria, reforçada por convocados das unidades do Exército de Salvador, Aracaju e Maceió. Febrônio recebeu também metralhadoras Nordenfellt e dois canhões Krupp de 75 mm. Além disso, recebeu também 250 homens da Polícia Militar da Bahia.

Entretanto, as dificuldades logísticas acabaram por afetar a expedição. Por falta de meios de transporte, Febrônio deixou suprimentos no caminho, que depois seriam preciosos. A marcha no sol escaldante do verão, o ambiente hostil, a comida foi acabando pouco a pouco para desespero da tropa. Além dos jagunços, havia novo inimigo: a fome.

Os sertanejos aproveitaram a chance e atacaram os soldados quando estes cruzavam a estrada do Cambaio, um dos montes que circundavam Canudos. Uma dura batalha se seguiu. O saldo de baixas militares foi de quatro mortos e vinte e três feridos contra 115 dos conselheiristas. O monte foi conquistado, mas os soldados estavam exaustos: estavam em jejum, e pior, a comida tinha acabado.

O dia seguinte se iniciou com a tropa marchando na direção de Canudos. O povoado era de certa forma, imponente. Suas mais de 5 mil casas, apoiadas em um terreno que tornava quase uma posição inconquistável, a dois quilômetros.

Mas os sertanejos tinham envolvido a tropa de Febrônio durante a noite, e atacaram os militares por todas as direções. Os atacantes viraram defensores, e cenas dramáticas se seguiram no combate, com sangrentas lutas corpo-a-corpo. Vinham mais e mais sertanejos e o major relatava ter sido atacado por mais de quatro mil inimigos. Dois dias de fome cobraram seu preço: só restava a retirada, e os militares o fizeram, com dez mortos e setenta feridos. Mais de trezentos jagunços estavam mortos no terreno.

A notícia da derrota foi pessimamente recebida no Rio de Janeiro. Existia a necessidade de uma nova expedição, e dessa vez foi convocado o Coronel Antônio Moreira César, que acabara de retornar de Santa Catarina, após reprimir duramente os federalistas.

Moreira César era famoso no Exército por se recusar a aceitar obstáculos materiais e exigia que seus comandados cumprissem suas ordens à qualquer custo. Rumou para a Bahia com unidades do Rio de Janeiro, com batalhões de infantaria apoiados por cavalaria e artilharia. Juntaram-se a ele unidades da Bahia apoiadas por homens de outros estados do Nordeste, totalizando 1281 homens.

Avançando rapidamente, Moreira César contornou os montes abrindo caminho através da caatinga repleta de espinhos sob o sol terrível. A tropa sofria com a falta de água e mal alimentada, foi levada por ele a atacar Canudos em 3 de março de 1897. A batalha foi dura, e os soldados conseguiram entrar no povoado. Unidades inteiras desapareceram entre as pequenas casas. O coronel foi ferido duas vezes, e com o fim do dia a tropa se

retirou, terminando o combate.

A agonia de Moreira César durou a noite e a madrugada, ao qual ao seu fim, faleceu. A notícia correu na tropa, que no início da manhã começou a se retirar em direção a Monte Santo, num movimento que logo virou uma fuga desorganizada. Os sertanejos se aproveitaram e executaram os feridos e os militares que conseguiram capturar, decapitando-os. As cabeças foram colocadas nos caminhos para Canudos, como um aviso aos atacantes.

A derrota de Moreira César foi recebida com horror no Rio de Janeiro. Prudente de Moraes retornou da licença médica, assumindo a Presidência e se encarregando de mudar o Ministro da Guerra, nomeado o Marechal Carlos Machado Bittencourt, uma medida seria decisiva para a campanha. Bittencourt organizaria a mando de Prudente uma nova expedição e também organizou o fluxo logístico do Exército, uma das principais razões para as derrotas sucessivas frente aos conselheiristas.

A quarta e última expedição, foi comandada pelo general Artur Oscar, com duas colunas comandadas pelos generais João da Silva Barbosa e Cláudio do Amaral Savaget. O plano era que as duas colunas envolvessem Canudos e com seus efetivos, que somavam por volta de cinco mil soldados, esmagassem o reduto.

O avanço da coluna de Savaget foi cuidadoso, e em 25 de junho foram travados os primeiros combates. Sem saber, a coluna avançava contra a principal rota usada pelos sertanejos para levar boiadas e outros suprimentos para o arraial. No dia 27, a coluna principal, comandada por Barbosa e tendo o general Artur Oscar, tomou o Alto da Favela. No dia 28, um ataque dos conselheiristas fez com as colunas se unissem porque Barbosa tinha sido cercado enquanto defendia o Alto da Favela, e sob ordens de Artur Oscar, neste dia, mais de 1 milhão de balas foram disparadas contra os sertanejos, num combate que custou mais de mil baixas a expedição.

Artur Oscar pagava o preço de ter avançado de maneira confiante: estava sem suprimentos e dependia dos comboios, que nem sempre chegavam pois os sertanejos muitas vezes se apoderavam destes.

Em 14 de julho, foi lançado um ataque no qual a tropa conseguiu estabelecer uma linha dentro do arraial, mas a um custo horrendo: 1014 baixas, praticamente um a cada três homens. O impasse permaneceu até que novas colunas de reforços chegaram ao fim de agosto. O número manchou a reputação de Artur Oscar, especialmente pela perda de oficiais. Batalhões que antes eram comandados por coronéis estavam agora sob ordens de tenentes. A situação de desmanche impossibilitou novos ataques.

A partir de setembro, o cerco foi fechado e a chegada de mais tropas impulsionaram o lançamento de um ataque geral em 1º de outubro. A resistência foi enérgica. Mesmo

sob forte bombardeio, o arraial não se rendia. Nos dois dias seguintes houve tréguas: cerca de 500 a mil sertanejos se renderam, entre mulheres, idosos e crianças. As investidas, porém, não cessaram: os jagunços eram desalojados com o uso de bombas de querosene e dinamite. O fogo se espalhou rapidamente no povoado, gerando um cenário de total destruição.

A batalha chegou ao fim no dia 5 de outubro. O número de mortos no arraial é desconhecido – a estimativa vai de 5.500 pessoas (segundo registro do tenente Macedo Soares) até 26 mil, cálculo baseado na média de cinco pessoas para cada uma das 5.200 casas do povoado.

A 5 de outubro, em violentos combates, Canudos caiu. A tropa tinha sofrido mais de quatro mil baixas na campanha infernal, e estava em farrapos. Quase metade do efetivo tinha servido e a marca na instituição foi forte, ao ponto de o Exército buscar nas décadas seguintes um papel novo na política brasileira.

Contestado (1912-1916)

1) Região Litigiosa entre Paraná e Santa Catarina

Na área em que foi criada a Província do Paraná em 1853, por desmembramento da de São Paulo, uma antiga questão de limites remontava ao período colonial

Vários atos haviam alterado a divisão territorial do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, criando, ampliando ou extinguindo ouvidorias, comarcas e distritos, conforme as conveniências do governo central e também das administrações regionais.

A nova Província do Paraná herdou as questões que se arrastavam entre Santa Catarina e São Paulo. Ao final do século XIX, ainda não tinham sido dirimidas. Santa Catarina pretendia que seus limites se estendessem para o norte até os rios Negro e Iguaçu, e para o sul até a linha dos rios Canoas, Pelotas e Uruguai, enquanto que o Paraná afirmava que esses três últimos rios definiam os limites com o Rio Grande do Sul. A área contestada pelas duas unidades era uma região serrana com campos próprios para a pecuária, com densas florestas e solo extremamente fértil. O clima era ameno no verão; no inverno registravam-se temperaturas bastante baixas. A área era delimitada, grosso modo, pelos rios Peperiguaçu e Santo Antônio a oeste, Iguaçu e Negro ao norte, Pelotas e Canoas ao sul e a leste por uma linha que, partindo das cabeceiras do rio Marombas, afluente do Canoas, atingia as do rio Preto, seguindo porele até o Negro.

Vários projetos foram elaborados, tanto no âmbito provincial como parlamentar, para decidir a questão. O próprio governo central fora obrigado a efetuar marchas e contramarchas, a ponto de sustar a execução de um decreto que definia os limites em litígio. Ao aspecto político-administrativo veio somar-se o problema econômico. A erva-

mate, que era produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa da área litigiosa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento era feito no Paraná, carreando bons rendimentos para o Estado. No Início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina de beneficiamento de erva-mate em Joinville, Santa Catarina. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. Resultaram vários choques envolvendo as forças policiais dos dois Estados.

Em 1901, o governo de Santa Catarina impetrou uma ação judicial de reivindicação de limites territoriais. Três anos depois, em Acórdão de 6 de julho de 1904, o Supremo Tribunal Federal deu-lhe ganho de causa. Dois embargos oferecidos pelo Paraná foram rejeitados pela Alta Corte, que em novo Acórdão de 25 de julho de 1910 confirmou pela terceira vez a sentença inicial.

2) Visão Geral da Campanha

Antes mesmo do derradeiro pronunciamento do Supremo Tribunal, instalou-se em União da Vitória uma junta governativa composta de destacados cidadãos paranaenses, a fim de criar o Estado de Missões, abrangendo toda a área litigiosa. O governo do Paraná interveio de forma conciliatória, conseguindo o adiamento da drástica resolução. A sentença judicial não foi posta em execução. Interesses políticos e econômicos protelavam e até mesmo impediram a sua implantação.

Expressivo número de colonos estrangeiros, notadamente alemães, acorrera para a região, desde o final do século passado. Os imigrantes aos poucos aculturaram-se com os caboclos da área. A população o vivia afastada dos principais centros culturais do País, as dificuldades de comunicação eram grandes e a religiosidade se mesclava com o misticismo e o fanatismo.

Foi nesse ambiente de credulidade que surgiu por volta de 1890 um anacoreta conhecido por João Maria, o Monge, cujo nome verdadeiro era Anastás Marcof. Este homem passou a percorrer os sertões realizando curas e pregando uma religião que era um misto de catolicismo e crendices sertanejas. O ancião taciturno, de barbas longas e brancas, em pouco tempo adquiriu fama de apóstolo. O povo humilde e ignorante ouvia-lhe a palavra serena como a de um emissário divino. Quando faleceu, entre 1904 e 1908, a notícia espalhou-se pela região, enriquecida com um detalhe messiânico - o Monge em breve voltaria à terra, redivivo, para continuar a sua pregação e realizar novas curas. A ressurreição passou a ser aguardada no sertão.

A dualidade de jurisdição na zona contestada propiciou o fortalecimento das grandes fazendas, onde sob o mando praticamente ilimitado dos coronéis reuniam-se os foragidos

da justiça. Era notória no sertão a prepotência desses senhores de terras, que entre si se tratavam como de nação para nação, ameaçando-se por vezes de armas na mão quando surgia alguma divergência.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, atravessando a área em litígio, trouxe para a região um novo tipo de gente. Não havendo qualquer processo seletivo na contratação dos operários, o sertão acolheu variada gama de malfeitores oriundos de todas as partes do país. Concluída a linha férrea em 1910, foram deixados nos mesmos sítios onde se encontravam as turmas de trabalho a que pertenciam. Esses indivíduos cultivavam todos os atributos de valentia e violência, manejando com igual destreza a picareta e o facão. O assassinato tornou-se entre eles o meio rápido e fácil de resolver as menores pendências. Tais violências nem sempre se limitavam à solução de uma dívida entre dois homens: algumas vezes, tendo por pretexto a falta de pagamento ou o desmando dos malfeitores, ocorreram levantes que exigiram a presença da força pública.

O problema social agravou-se quando a concessionária da ferrovia resolveu explorar a faixa de 15 quilômetros ao lado de cada margem da estrada, outorgada por contrato. Antigos posseiros tiveram que se mudar, buscando alhures novo refúgio para a sua miséria.

O isolamento da população justificava em parte a desconfiança do povo e sua rusticidade de costumes e hábitos. A vida isolada era embrutecida pelo ódio que predispunha ao crime. O sertanejo nem sempre procurava a luta, mas, se uma força superior sacudia seus instintos, evidenciava logo toda sua violência, tornando-se inimigo sanguinário, atilado e traiçoeiro.

3) José Maria, o novo monge

Em 1911 apareceu no sertão um novo Monge que se chamava José Maria e insinuava ser irmão do falecido João Maria. Na verdade, era um pequeno anticristo. Ex-soldado do Exército e desertor do 14º Regimento de Cavalaria de Curitiba, dispusera-se a recolher os frutos da semente que o ingênuo João Maria deitara na alma dos sertanejos. Em consequência de umas poucas curas bem-sucedidas. Miguel Lucena de Boaventura ganhou a reputação de santo e foi conquistando a confiança dos caboclos, que se tornaram seus adeptos. Passou então a percorrer o sertão sem rumo nem destino, precedido da aura de santidade, prometendo bens materiais e salvação eterna àqueles que o seguissem. Em suas andanças, organizava acampamentos que chamava de Quadros Santos. Instituiu uma escolta pessoal de 24 sertanejos, robustos e valentes -os Doze Pares de França.

Cresceu de tal forma a fama de santidade do novo Monge que ele logo se viu cercado

de crentes, fanáticos e doentes esperançosos de cura. Sua palavra era lei. O chefe espiritual arvorou-se em chefe temporal. Influenciado pela leitura da obra História de Carlos Magno e os Doze Pares de França, muito conhecida no sertão, transcendeu a esfera religiosa para a política e passou a pregar o restabelecimento da monarquia. Para o homem inculto e não politizado daqueles ermos, a fidelidade ao incipiente regime republicano nada representava. Muito mais valia o conselho do Monge, cheio de promessas de melhor vida, de posse de terras e de liberdade do jugo dos coronéis sertanejos.

Seus acampamentos adquiriram aspecto marcial. Ao arrastar de esporas, tilintar de armas, relinchar de cavalos e toques de buzinas e tambores juntavam-se gemidos e preces. O aglomerado tinha características de quartel, hospital e igreja, tudo sob o controle do antigo militar desertor.

Em agosto de 1912, o Monge instalou-se em Taquaruçu, no município de Curitiba, em terras do coronel Henriquinho de Almeida. O chefe político de Curitiba, coronel Francisco de Albuquerque, adversário do primeiro, solicitou proteção ao governo catarinense, argumentando que os fanáticos pregavam a restauração do regime monárquico.

Com a aproximação de um contingente da força policial estadual, José Maria retirou-se com sua gente através de Campos Novos para Campos do Irani, município de Palmas, Paraná, chegando a este local em 1º de outubro.

Os adeptos do Monge não tinham organização militar nem recebiam instrução. Havia, no entanto, uma formatura para revista matinal - a Forma - por meio da qual o chefe inspecionava os combatentes e tomava conhecimento de adesões e deserções. A disciplina era muito rígida, variando a repressão de surras aviltantes a fuzilamentos sumários. O armamento não tinha padronização - eram facões, revólveres, garruchas, carabinas e espingardas. Os combatentes eram exímios no manejo do facão, que utilizavam desde a infância com muita destreza.

Face à situação de intranquilidade gerada por choques periódicos entre elementos da força policial do Paraná e Santa Catarina em vista da indefinição de jurisdição no território contestado, o governo paranaense, supondo ser a invasão do Estado pelos fanáticos um pretexto de Santa Catarina para inflamar ainda mais a disputa de limites, resolveu reagir, expulsando-os de seu território. Era o início das operações bélicas do Contestado.

4) Combate de Irani. Morte do Coronel João Gualberto

As polícias militares estaduais do Paraná e de Santa Catarina organizaram as suas

unidades em regimentos de segurança, cujas sedes ficavam em Curitiba e Florianópolis, respectivamente.

A força policial do Paraná estava sob o comando do Capitão do Exército e engenheiro militar João Gualberto de Sá Filho, comissionado no posto de coronel. Ao tomar conhecimento da invasão dos fanáticos em Palmas, o governo paranaense determinou a partida imediata do regimento para a região conflagrada, ao mesmo tempo em que solicitava o auxílio do governo federal. O efetivo era composto de 500 homens, à frente o seu comandante, acompanhado pelo chefe de Polícia Estadual, Dr. Vieira Cavalcanti. O regimento chegou a União da Vitória a 12 de outubro de 1912 e, no dia seguinte, partiu para Palmas. Em consequência do desentendimento com o Chefe de Polícia, muito antes desta cidade, João Gualberto fracionou as forças. Uma parte, sob seu comando pessoal, com um efetivo de 58 praças de infantaria e 10 de cavalaria, infletiu para o sul, rumo a Campos de Irani. O restante prosseguiu para Palmas com o Chefe de Polícia. Realizando marchas forçadas, João Gualberto atingiu Campos de Irani a 22 de outubro. Neste mesmo dia, a coluna chocou-se com os 300 fanáticos que a aguardavam, emboscados e prontos para a luta.

O efetivo das forças policiais era nitidamente inferior ao dos sertanejos, que estavam armados de forma heterogênea e que atacaram a tropa com muito ímpeto, travando-se uma luta cruenta, com predomínio do corpo-a-corpo.

No momento em que tentava pôr em funcionamento a metralhadora Maxim, a única existente, que emperrara, João Gualberto foi atacado a facção pelo Monge e revidou contra o agressor com dois tiros de revólver, um no peito e outro na boca. Vendo acena, o bandido Delfino Pontes partiu a cabeça do oficial com o seu facão.

Morto o comandante, o remanescente da expedição retirou-se desordenadamente para Palmas, deixando no campo a metralhadora com quatro fitas de 250 tiros, cerca de 40 fuzis e mais de 3 mil cartuchos, espólio que enriquecia o arsenal dos fanáticos.

O governo do Paraná, no momento em que ordenava a concentração de forças em Palmas, reiterava ao Presidente da República o pedido de auxílio do Exército. A solicitação foi prontamente atendida e mais uma vez o Exército interveio para restaurar ordem e garantir a tranquilidade.

Capitão João Gualberto (penúltimo à direita), no comando de um destacamento do Regimento de Segurança do Paraná. Fonte: O Exército na História do Brasil.

5) Intervenção do Exército

As tropas federais sediadas no Paraná e em Santa Catarina eram subordinadas à 11ª Região Militar, cujo comando ficava em Curitiba. As unidades estavam distribuídas, além

da capital, pelas guarnições de Florianópolis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra para auxiliar a milícia estadual, o General Inspetor da 11ª Região Militar determinou, em 11 de outubro de 1912, o deslocamento de um contingente, comandado pelo Tenente-Coronel Álvaro Pedreira Franco, para Caçador, Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos fanáticos que se retirariam de Palmas. A força viajou por ferrovia e chegou a 28 do mesmo mês, acampando em Erval, sem tomar contacto com os crentes do Monge. Diante da gravidade dos acontecimentos em Palmas, a 11ª Região Militar ordenou que um destacamento constituído por elementos do 5º Regimento de Infantaria, de Curitiba, com o reforço de algumas peças de artilharia e alguns elementos de cavalaria, marchasse para Palmas a fim de cooperar com a polícia na redução e dispersão do foco de fanáticos na área do Contestado. Se necessário, o 54º Batalhão de Caçadores, de Florianópolis, também auxiliaria.

Três dias após o recebimento da ordem o Coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho organizou a coluna e embarcou por ferrovia para União da Vitória. Nesta localidade incorporou-se ao seu grupamento o Tenente-Coronel Álvaro Pedreira Franco, que estivera em Caçador e Erval.

Nos primeiros dias de novembro, a força, que já contava com mais de mil homens, deslocou-se ao longo da rodovia União da Vitória - Palmas. Adotando os princípios táticos vigentes na época, efetuou reconhecimentos cuidadosos na região Palmas - Irani. Gastou dois meses nesta tarefa, sem encontrar os fanáticos. Recebendo informações de que haviam partido para o interior catarinense e se dispersado, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu em Palmas e elementos do 5º Regimento de Infantaria estacionaram em União da Vitória.

6) Legião dos anjos

Passou-se um ano. Ninguém se lembrava dos sertanejos fanáticos. No sertão, entretanto, a morte do Monge, ao invés de estancar, incentivara o misticismo. A ressurreição era esperada. Dizia-se que ele voltaria ao mundo dirigindo uma Legião de Anjos para conduzir os fiéis à terra prometida.

Apareceu um novo guia espiritual, provocando nova concentração dos caboclos. Era Euzébio Ferreira dos Santos, antigo negociante e bom chefe de família, mas possuído de intenso fanatismo pela figura do Monge. Uma de suas netas, menina ainda, tinha visões do "santo" José Maria, em cujos braços dormira, tempos atrás. Através desses aparecimentos, José Maria transmitia instruções e por intermédio da menina as suas ordens eram divulgadas. Uma delas conferiu o poder temporal a um filho de Euzébio, que

logo foi destituído pois cometera abusos, ofendendo as práticas morais dos caboclos. Houve outro pronunciamento do "santo" e a chefia foi entregue desta vez a um neto de Euzébio, menino de 12 anos, a cujas ordens, emanadas do avô, os seguidores obedeciam cegamente.

As hostes sertanejas cresciam. Estabeleceu-se um acampamento em Taquaruçu, na região serrana de Santa Catarina, ao qual acorriam os tipos mais heterogêneos, como fugitivos da justiça, antigos trabalhadores da ferrovia, homens perseguidos pelos coronéis de fazendas e antigos proprietários desapropriados com a construção da linha férrea do tronco sul. Famílias inteiras agrupavam-se no Quadro Santo: gente válida, alguns em busca de uma melhor vida, outros atrás de aventuras e lucro fácil; gente enferma, em busca de cura. Moravam em ranchos de palha e casebres de madeira, improvisados, ostentando o distintivo do movimento - uma bandeira branca com uma cruz ao centro e a imagem de São Sebastião. Eram peões e lavradores, aventureiros e facínoras.

A concentração de todo esse pessoal exigia grande quantidade de alimentos e de outros bens. Euzébio começou a pedir auxílio às fazendas próximas, saqueando-as quando não era atendido.

O General Alberto de Abreu. Inspetor da 11ª Região Militar, recebeu do Coronel Vidal Ramos, Presidente de Santa Catarina, em 7 de dezembro de 1913, um telegrama expondo a situação nas matas de Taquaruçu e informando que para lá fizera seguir um contingente policial. Na mesma ocasião o Ministro da Guerra, General Antônio Adolpho da Fontoura Mena Barreto, ordenou a intervenção das forças federais.

7) Combate de Taquaruçu

Afastando uma touceira de espinhos no alto de um outeiro, o cabo que comandava a patrulha observou atentamente o emaranhado de cabanas semi-ocultas pela mata que se estendia lá embaixo, ao longe. Trocou um olhar de entendimento com o vaqueiro que o acompanhava - Taquaruçu estava à vista. Essa patrulha pertencia a uma companhia do 5º Regimento de Infantaria que desde meados de dezembro de 1913 se encontrava em Erval com a missão de observar o movimento dos fanáticos, sem hostilizá-los. Uma outra companhia do 6º Regimento de Infantaria, em Caçador, tinha a mesma missão.

A 20 de dezembro, o Inspetor da 11ª Região Militar determinou o ataque ao Quadro Santo de Taquaruçu. Poucos dias antes fora feito um apelo aos sertanejos para que se dispersassem em paz, pondo fim às agitações naquela área, mas as autoridades não foram atendidas.

A convergência das forças sobre o reduto se faria por três regiões distintas. Comandava a operação da 1ª coluna o Capitão Espiridião de Almeida. Um contingente de 50 elementos

da Polícia Militar de Santa Catarina participava das forças. A chegada simultânea ao reduto fora prevista para 28 de dezembro. No dia 22, iniciou-se a marcha das três colunas. O deslocamento através do sertão foi muito difícil. Alguns vaqueanos acompanhavam a tropa para guiá-la no interior da mata. Entretanto, ao se aproximarem do reduto, prevendo o insucesso, a maioria dos guias abandonou a expedição. A coluna sul, já com escassez de víveres e sem condições de continuar, retraiu para Campos Novos. No dia 25, a coluna do norte reuniu-se com o contingente da força pública catarinense. Seu comandante, Capitão Adalberto de Menezes, ignorando o que se passava com a outra coluna, prosseguiu no deslocamento. As ligações por mensageiro eram difíceis no terreno e as emboscadas dos fanáticos acompanhavam a progressão das forças. Ao acercar-se de Taquaruçu, a tropa federal seguiu por uma direção, enquanto a policial abordaria a cidade por outro flanco. O Capitão Adalberto avançou contra uma trincheira inimiga com sua coluna, a 29 de dezembro. Antes de abordá-la, recebeu fogo intenso vindo de todas as direções, o que causou confusão. Os cargueiros de munição dispersaram-se, assustados com a fuzilaria. No outro flanco, a força policial não logrou abordar o aldeamento. Uma emboscada forçou-a a retirar-se para Curitiba. Sem o apoio das outras colunas e com grande parte da munição perdida, o Capitão Adalberto não teve outra alternativa senão recuar. Após longa marcha de regresso atingiu a localidade de Rio Caçador.

O resultado inegável foi o desprestígio das forças federal e estadual e o fortalecimento moral e material dos fanáticos pela segunda vitória, com apresamento de armas e munições.

Após o revés concluiu-se que o principal fator da derrota fora o pequeno efetivo das forças. Deliberou-se preparar uma nova expedição, desta vez sob o comando do Tenente-Coronel Duarte de Aleluia Pires. Seria organizada com elementos esparsos, dado o pequeno número de unidades disponíveis na área; incluiria o 54º Batalhão de Caçadores, forças policiais catarinenses, um esquadrão do 14º Regimento de cavalaria, duas seções de metralhadoras e uma de artilharia de montanha e duas companhias de fuzileiros (uma do 4º e outra do 6º Regimento de Infantaria). A concentração dos efetivos seria em Espinilho e reuniria cerca de 750 homens. A 3 de fevereiro de 1914, a força expedicionária partiu rumo a Taquaruçu.

A exemplo do caso anterior fizeram-se duas tentativas de pacificação, que foram repelidas novamente pelos bandoleiros.

A progressão da coluna foi morosa e exaustiva. A formação estendia-se por cinco quilômetros de profundidade em razão da estreiteza das picadas, da vegetação espessa e da irregularidade do terreno.

No dia 8 de fevereiro, estabeleceu-se o primeiro contato com os fanáticos, que mostraram saber tirar partido do terreno que conheciam bem. Ocorreram vários choques entre a vanguarda da tropa e os bandoleiros, sendo estes recalcados de forma que foi possível instalar as metralhadoras e a seção de artilharia a 600 metros do reduto. Enquanto essas armas atiravam continuamente, a infantaria desdobrava-se no terreno, procurando impedir surtidas do inimigo e ao mesmo tempo cerrar sobre o Quadro Santo. No final do dia, verificando ser a bravura inútil contra os melhores recursos das forças legais, os fanáticos iniciaram o abandono do local, acompanhados das famílias que ainda lá se encontravam. Na manhã seguinte, os expedicionários penetraram em Taquaruçu, encontrando dezenas de mortos e a quase totalidade dos casebres incendiados. Em vista das dificuldades de suprimento e de deslocamento no sertão, a coluna retirou-se para Espinilho, considerando cumprida a missão.

Os rebeldes que haviam fugido concentraram-se em Caragoatá, mais para o interior, a cinco quilômetros de Perdizes Grandes. No local já havia um pequeno agrupamento que, entre rezas e incursões às fazendas da redondeza, aguardava a ressurreição do "santo". Após a chegada dos fugitivos de Taquaruçu começaram a afluir outros grupos de crentes e adeptos da restauração da monarquia.

O núcleo de Caragoatá cresceu muito, sendo necessárias 30 reses diárias para a alimentação dos habitantes. Subsistia a organização temporal criada pelo Monge, ou seja, o Comandante da Forma e da Reza e Os Doze Pares de França. No campo espiritual, uma pequena virgem constituía o oráculo da multidão, transmitindo as mensagens do Santo. Aumentara o número de bandoleiros, aventureiros e cabecilhas que se destacavam pela coragem e pela audácia. Movia-os o fanatismo, e depois do desastre de Taquaruçu, também o ódio.

Os comandos militares se valeram de vaqueanos, conhecedores da região, como guias para as operações na região. Fonte: O Exército na História do Brasil.

8) Ataque a Caragoatá

O governo federal tentou por diversos meios promover a dissolução pacífica do reduto de Caragoatá. Todas as medidas se revelaram inúteis. Tendo aumentado a frequência das arruaças na região, o General Inspetor da 11ª Região Militar determinou ao Tenente-Coronel Aleluia Pires que fizesse nova investida, tendo o mesmo deslocado as forças para Rio Caçador, onde adoeceu e passou o comando ao Tenente-Coronel José Capitulino Freire Gameiro.

A coluna atingiu o lugarejo de Perdizes a 8 de março do mesmo ano, encontrando-o abandonado. No dia seguinte, em formação de combate, avançou para Caragoatá. Cerca

de 30 minutos depois do início do movimento, os fanáticos tentaram penetrar em Perdizes para se apossar dos suprimentos armazenados, mas foram repelidos pela guarda.

Um quilômetro adiante, a tropa começou a ser hostilizada pelos bandoleiros emboscados. A coluna de marcha progredia lentamente, já que o terreno era acidentado e havia constantes inquietações dos fanáticos. Foi grande a dificuldade para instalar as metralhadoras e as peças de artilharia, em virtude do emaranhado da vegetação e da movimentação no terreno. Depois de seis horas de luta, continuava imbatível o reduto de Caragoatá. Combatendo em terreno adverso, contra inimigo solerte tocaiado namata, sem poder desdobrar-se convenientemente segundo a doutrina vigente na época e sendo difícil a instalação de suas armas de apoio, a tropa foi obrigada a retirar-se com 28 baixas para Perdizes e para Calmon, a 11 de março.

Embora vitoriosos, os fanáticos, a princípio, deixaram-se dominar pelo desânimo. A retirada da expedição para Calmon devolveu-lhes o estímulo. Como não fossem boas as condições de higiene no Quadro Santo de Caragoatá, onde havia mesmo um surto de tifo, resolveram mudar-se para a região de Pedras Brancas, à margem esquerda do rio Timbozinho, onde se instalaram.

A população do acampamento foi crescendo e em suas proximidades acabou surgindo o reduto de Tamanduá. Para proteger os redutos foram instalados os pontos avançados nas serras de Santa Maria e de Caçador. Mais tarde, nessa mesma região, surgiu o reduto de Santo Antônio.

O comandante da 11ª Região Militar alertou o governo sobre a conveniência de eliminar rapidamente a sublevação contra a ordem pública. Então chegaram à área novos reforços oriundos do Rio Grande do Sul e de Curitiba: o 7º Regimento de Infantaria de Santa Maria e uma Companhia de Engenharia de Combate. O efetivo das forças legais na área subiu para cerca de 1.500 homens, ao comando do General Carlos Frederico de Mesquita, veterano da Campanha de Canudos. Sérias dificuldades o aguardavam. A tropa veterana ainda retinha a impressão dos combates anteriores e acreditava nas lendas fantásticas que circulavam; a recém-chegada, ouvindo todas essas histórias, não podia disfarçar o receio.

Um dos principais atos do novo comandante foi dispensar a força policial, em vista de os fanáticos ocuparem áreas em litígio entre dois Estados. A expedição Mesquita retomou o movimento a 16 de maio, reanimada com o novo comando e confiante na vitória. À frente marchavam 60 civis experimentados, contratados como guias. Organizaram-se três colunas: uma reconheceria Caragoatá e investiria contra Tamanduá. As duas outras colunas seriam empregadas sobre Santo Antônio. Durante quase todo o trajeto os soldados foram inquietados por atiradores de tocaia dentro das matas. O reduto de Santo Antônio foi conquistado num assalto à baioneta.

No dia seguinte, ainda sob o impacto da luta e já nos preparativos para o ataque a Tamanduá, a tropa foi surpreendida por intenso fogo. Eram os jagunços emboscados no topo dos pinheiros, ocultos nas macegas ou no tronco das árvores. Refeita da surpresa, a tropa reagiu ao fogo e eliminou a resistência.

Sem recursos para a perseguição a um adversário experimentado em terreno difícil e desconhecido, o comandante decidiu retirar-se para Porto União da Vitória e dissolver a expedição.

A terceira coluna, comandada pelo Capitão João Teixeira Matos Costa, cumpria a missão, reduzindo o que restava do arraial de Caragoatá e retirando-se para a estação Calmon.

A agitação no Contestado ao contrário de diminuir, aumentara, propiciando homizio para celerados e servindo de palco para manifestações políticas dos chefes locais. Por outro lado, aumentavam os atritos entre os sertanejos e os donos de terras. As fazendas e outras propriedades rurais eram alvo de investidas de grupos de saqueadores. Contrabandeavam-se armas, munições e provisões.

Matos Costa, que ficara em Vila Nova do Timbó, foi chamado para defender Porto União. No deslocamento, caiu numa emboscada preparada pelos fanáticos chefiados por Generoso e Dente de Ouro, sendo trucidado com todo o seu contingente.

9) Novo chefe, novas tropas, novos planos. Cresce a tropa dos jagunços

Ciente dos acontecimentos, o governo da República resolveu nomear o General Fernando Setembrino de Carvalho para Inspetor da 11ª Região Militar e comandantedas forças em operações no Contestado.

Toda a autoridade fora outorgada ao general de acordo com as disposições constitucionais, em vista da requisição de ambos os Estados, pedindo a intervenção da União "para restabelecer a ordem e a tranquilidade em seus territórios".

Habilmente, o general procurou afastar-se das querelas políticas e não interferir em assuntos administrativos locais. Ao assumir o comando em 12 de setembro, verificou que a ação dos fanáticos se estendia por uma larga área e julgou assim conveniente adotar as seguintes providências: a) envolvê-los a partir dos centros mais populosos e apertar o cerco pouco a pouco, privando-os dos recursos indispensáveis; b) tomar todas as precauções para evitar que a tropa sofresse emboscadas.

Para a execução do plano, eram exíguos os meios existentes, principalmente quanto a efetivos. Em consequência, o governo central deslocou para aquela área várias unidades, constituindo a Grande Expedição, com cerca de 7 mil homens. Foram concentrados recursos de toda espécie, ao contrário do que antes ocorrera.

Entre setembro e dezembro de 1914, os jagunços desenvolveram grande atividade,

caracterizada mais pelo vandalismo do que pelo misticismo. Bandoleiros comandavam grupos volantes que saqueavam, matavam e incendiavam indiscriminadamente. A revolta atingiu o clímax.

A área de ação dos rebeldes compreendia cerca de 30 mil quilômetros quadrados. Calculava-se em 20 mil os bandoleiros espalhados pelos redutos de Tamanduá, Santa Maria, Colônia Vieira e Salseiro. Os suprimentos eram obtidos por saques em fazendas e vilarejos ou contrabandeados dos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em meados de setembro restabeleceu-se o tráfego na estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, cuja linha ficou permanentemente guarnecida para impedir novas interrupções. Em seguida, o comandante da expedição lançou um manifesto aos habitantes da zona do Contestado, em 28 de dezembro de 1914, da cidade do Rio Negro, conclamando-os a se retirarem da área e concentrarem-se nos pontos em que houvesse força federal, a cujos comandantes deviam apresentar-se. Aí lhes seriam garantidos meios de subsistência, até que o governo do Estado do Paraná lhes desse os títulos de propriedade. Por outro lado, o General Setembrino recomendou que os oficiais em comando tivessem toda a clemência para com os prisioneiros, desde os que fossem capturados vagueando, até os feitos em combate. No mesmo dia em que o General Setembrino assinou o apelo, um grande piquete rebelde assaltou a vila de Curitiba, prometendo nova investida, desta vez para arrasar a localidade; vários outros povoados foram invadidos e saqueados.

O comandante da expedição resolveu distribuir a tropa que atuaria no cerco da zona infestada pelos fanáticos, segundo quatro linhas:

- linha norte: União da Vitória - Rio Negro (Tenente-Coronel Manuel Onofre Muniz Ribeiro)
- linha leste: Rio Negro - Papanduva (Coronel Júlio César Gomes da Silva)
- linha sul: Freguesia do Sul-Lajes - Campos Novos (Tenente-Coronel Francisco Raul Estillac Leal)
- linha oeste: Ferrovia São Paulo - Rio Grande (Coronel Eduardo Artur Sócrates).

Além disso, organizou também pequenos destacamentos e uma coluna móvel. A tropa assim distribuída permaneceria em seus acampamentos, que estavam protegidos e onde foi intensificado o adestramento.

Os jagunços rondavam os acampamentos e mantinham-se em expectativa. A ordem era não atacá-los. O comandante esperava novos reforços e então iniciaria pequenas operações ofensivas, nas quais certamente obteria sucesso e com isto aumentaria o moral da tropa. A ação militar do governo era secundada por fazendeiros abastados, que mantinham numerosos homens em armas para a defesa das terras.

As tropas, a partir de suas posições na linha de cerco, realizavam ações de patrulhamento,

eliminando pequenos redutos e dispersando grupos que fugiam para a mata.

Graças a essas ações isoladas, os jagunços iam perdendo a ousadia dos primeiros tempos.

10) A Investida

Ao norte, com a missão de atacar os redutos de Salseiro e Colônia Vieira a 26 de outubro de 1914, a coluna móvel transpôs o rio Canoinhas e surpreendeu os bandoleiros. A força de reconhecimento lançada sobre Colônia Vieira voltou a Salseiro e sofreu dois ataques seguidos, que demonstraram a impossibilidade de continuar a marcha. As chuvas incessantes, a interrupção das comunicações e outros fatores determinaram seu regresso a Canoinhas. Daí em diante ocorreu uma série de investidas do inimigo, que atacava de madrugada, quase sempre à mesma hora. Certa ocasião, quase ao raiar do dia, o Tenente Armínio Moura com mais 20 soldados lançou-se contra os atacantes, obrigando-os a retroceder. Finalmente cessaram os ataques à vila de Canoinhas.

No setor leste do dispositivo, os fanáticos hostilizaram várias vezes, também à noite, a localidade de Papanduva, o que provocou o deslocamento de um batalhão de infantaria para lá. Tomando a iniciativa, as forças da linha leste, nos últimos dias de novembro, repeliram os insurgentes para o interior dos redutos e vários povoados ficaram sob a ocupação das tropas legais. Depois de negociações infrutíferas entre o comandante da linha leste e o chefe rebelde Antônio Tavares, o Coronel Júlio César Gomes da Silva decidiu atacar. Quando a operação já estava montada, um rebelde, desafeto de Tavares, convenceu muitos de seus companheiros a desistirem da luta. Antônio Tavares, ao se sentir abandonado, fugiu em companhia dos mais comprometidos fugitivos da justiça.

Na linha sul, as localidades de Lajes e Curitiba nos estavam organizadas defensivamente e serviam como base para as forças volantes que perseguiam bandos de jagunços espalhados por Cerrito, Corisco, Espinilho e Taquaruçu.

Em Lajes, apesar da existência de um batalhão de infantaria na guarnição, a população vivia em constante sobressalto. Conheciam-se e temiam-se as atrocidades do bandido Castelhana (Agostinho Saraiva Perez). Ele chegou a anunciar o dia do ataque à cidade. A população preparou-se para a defesa. Sem distinção de classes e sujeitos praticamente à mesma disciplina dos soldados, os habitantes cooperaram no trabalho de entrincheiramento. Dividiu-se a praça em numerosos setores, confiando-se a vigilância de alguns deles aos civis. Uma companhia marchou ao encontro dos rebeldes e dispersou-os, limpando as cercanias de Lajes dos temíveis jagunços, que se deslocaram mais para o norte.

Um regimento de infantaria com sede em Niterói, no Rio de Janeiro, em fins de setembro

de 1914, comandado pelo Tenente-Coronel Estillac Leal, desembarcou em Itajaí e depois se deslocou para Curitiba, ficando acampado em meio aos escombros do incêndio iniciado pelos bandidos.

Em Campos Novos, a tropa desenvolveu intensa atividade, afugentou os fanáticos e recompôs a linha telegráfica interrompida pelos bandoleiros, inspirando confiança nos moradores espavoridos, que começaram a voltar aos lares abandonados.

Na linha oeste foi cumprida com facilidade a tarefa de garantir a operação da ferrovia e de afastar os bandoleiros de suas imediações.

Em janeiro de 1915, a área infestada pelos fanáticos era bem menor do que a encontrada pela grande expedição. As incursões predatórias aos poucos foram cessando. Cerca de 3 mil pessoas, na maior parte mulheres, crianças e inválidos que conseguiram escapar dos redutos, apresentaram-se às tropas legais. Alguns líderes rebeldes também se entregaram. Dos chefes políticos, só Aleixo Gonçalves, bandoleiro célebre, valia-se da religiosidade para impor-se aos fanáticos e bandidos, intitulado-se chefe geral.

Antônio Tavares, antigo promotor público, depois de derrotado no reduto, homiziara-se no sul do Estado, incógnito. Sua motivação para a luta fora a questão de limites, resolvida judicialmente sem que o Estado do Paraná tomasse as medidas conseqüentes.

As doenças, a falta de recursos e as derrotas freqüentes minaram o moral dos revoltosos e abalaram a convicção de seus líderes. Apesar de tudo, os líderes dos fanáticos remanescentes recusaram as propostas conciliatórias. Em fins de dezembro o General Setembrino fez circular o seguinte apelo:

"(...) Desde o dia 11 de setembro que lutamos e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a vitória final que não tarda. Mas é preciso parar, é forçoso que se termine essa luta; que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou recursos inesgotáveis para a grandeza da nossa Pátria. Não venho trazer-vos a morte ou o presídio pela vitória das nossas forças, senão concitar-vos mais uma vez a que deponhaes as armas e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do governo e da lei. Impõe-se que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a prosperidade da nossa grande Pátria que no quadro atual tanto precisa do patriotismo dedicado dos seus filhos".

11) O Início do Fim

As notícias constantes de vitórias dos legalistas e de rendições dos rebeldes vinham elevando o moral de toda a força de pacificação.

Na coluna norte, o Capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara, em fins de dezembro de 1914, depois de marchar 10 quilômetros por mata densa, atacou o reduto Piedade.

A partir de fevereiro a coluna foi atacando e destruindo sucessivamente os fortins de Santo Antônio, Gramado, Timbozinho, Pinheiros e Tomazinho, encontrando forte resistência em Pinheiros.

A coluna leste, que mudara a sua base para Colônia Vieira, depois de realizar alguns reconhecimentos, dividiu-se em dois destacamentos para atacar os pontos fortificados de Marcelo, Josefino e Aleixo. Um dos destacamentos defrontou-se com a guarda de Josefino, que em posição favorável impedia o prosseguimento da força. Depois de tentativas frustradas, o comandante decidiu contornar aquela posição através da mata. A manobra obteve sucesso, pois a guarda fugiu e o local foi ocupado, tendo sido feito grande número de prisioneiros, inclusive o próprio chefe Josefino. O ponto forte do Aleixo foi dominado a 16 de fevereiro sem resistência. Por lá já passara antes o Capitão Potiguara.

Os ataques simultâneos das colunas norte e leste destruíram os arraiais dos fanáticos ao norte, mas não chegaram às posições principais por eles ocupadas. A maioria dos fugitivos dos redutos submetidos pelas colunas norte e leste escapou em direção a Santa Maria do Sul.

De 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1915, o comandante da coluna sul realizou reconhecimentos nas proximidades de cidades que acusavam a presença do inimigo nas imediações. Duas tentativas para desarticulá-lo não obtiveram êxito, dadas as condições do terreno e da vegetação, que dificultavam o avanço da infantaria e o fogo de artilharia. Convencido da impossibilidade de vencer investindo apenas pelo sul, o comandante da expedição decidiu aproximar-se inicialmente de Caçador. Ao mesmo tempo a coluna do sul acometeria Santa Maria e a de oeste reforçaria a vigilância para impedir a fuga dos rebeldes para os campos de Irani.

A coluna sul, com companhias que se revezavam, começou uma grande derrubada na mata para abrir uma passagem que facilitasse o ataque. O jagunço, que não compreendia a necessidade de derrubarem a selva para atacá-lo, espreitava, curioso e intrigado, a gigantesca e trabalhosa empreitada. Durante todo o mês de março a coluna bombardeou o reduto, realizou reconhecimentos e reajustou a composição das forças. Nos últimos dias do mês a coluna não pôde continuar o trabalho. Os fanáticos, vendo-se atacados pelo norte, começaram a hostilizar a coluna sul; na mata havia cerrado tiroteio sobre os trabalhadores e soldados encarregados da derrubada.

O Coronel Estillac Leal resolveu iniciar o assalto a 30 de março, executando uma preparação de fogos de artilharia e de metralhadoras durante o dia inteiro. Apesar disso os Batalhões de Infantaria não conseguiram transpor o desfiladeiro que conduzia ao ponto fortificado.

No acampamento de Tapera, no dia 3 de abril ouviram-se tiros para o lado do nordeste; ao anoitecer foi visto um clarão e logo depois a fumaça começava a elevar-se no horizonte, na altura de Santa Maria: não havia dúvida de que era um grande incêndio. Na verdade o Capitão Potiguara, no comando de um destacamento, já chegara a Santa Maria.

O Coronel Estillac reajustou o seu dispositivo em quatro colunas que avançariam pelo vale até o encontro com as forças do norte. O destacamento do impetuoso Capitão Potiguara atingira a 31 de março a região de Timbó Grande. Prosseguiu o deslocamento e pouco depois se deparou com as primeiras casas de Caçador. Depois de recalar o inimigo para a margem esquerda e de reajustar as forças, o destacamento, enfrentando forte resistência, transpôs o rio e penetrou no reduto, encontrando muito armamento e munição e centenas de cadáveres insepultos. Depois de arrasar quase 2 mil casas, prosseguiu repelindo os jagunços emboscados até penetrar no reduto de Maria Rosa, em fim de jornada. Continuou recalcando os fanáticos até o assalto ao reduto Os Doze Pares de França, conquistando-o à arma branca. Depois de breve descanso, reiniciou a marcha sobre Aleixo, que foi conquistado em luta corpo-a-corpo. No sábado, 3 de abril de 1915, o destacamento levantou o bivaque para prosseguir. No cemitério do reduto, enfrentou uma guarda, mas dispersou-a e avançou. Mais adiante, em um desfiladeiro, a tropa foi atacada por todos os lados, mas a vanguarda conseguiu abrir caminho. Foram mortos cerca de 100 fanáticos. Depois de 10 dias de marcha e oito combates, a tropa entrava no célebre reduto de Santa Maria. O casario estava abandonado. Os habitantes haviam fugido. Durante a noite de 3 para 4 de abril e na manhã de 4 o destacamento repeliu vários rebeldes. Enviou-se um grupo de 10 homens para fazer ligação com a coluna sul. À tarde houve a junção. No dia seguinte, depois de arrasada a aldeia, o deslocamento abandonou Tapera por ter cumprido a missão.

A coluna leste estava concentrada, até fins de março, em Colônia Vieira. Dirigiu-se depois para Vaca Branca e Reichard, onde colheu informações sobre a passagem do Capitão Potiguara. A seguir rumou para Caçador, cujo reduto também fora destruído. Na realização de um reconhecimento em Santa Maria encontrou um outro reduto que os prisioneiros disseram destinado a abrigar os fugitivos de Santa Maria, então atacada pelas forças legais. Diante disto o destacamento permaneceu bivacado, aguardando ordens.

12) Final de Campanha

Com a eliminação dos redutos de Caçador e Santa Maria, cessou a resistência organizada no Contestado. Mesmo informado que muitos fanáticos se reuniam às margens do arroio São Miguel, o comandante da expedição não determinou qualquer providência.

Desprovidos de recursos, vitimados pela fome e pelas doenças e isolados das fontes de

suprimento, aqueles homens não poderiam reiniciar a luta, segundo pensava o General Setembrino. Decidiu-se então dissolver a força expedicionária. Por medida de segurança e conforme determinação do Ministro da Guerra, General João Caetano de Faria, tropas de ocupação, inclusive dos dois Estados, deveriam permanecer por algum tempo em pontos-chave, incluindo estações da estrada de ferro do tronco sul. O seu comando ficou com o Coronel Basílio Pyrrho. O último chefe, Adeodato, foi preso e condenado a 30 anos de prisão. Na segunda vez que tentou evadir-se foi morto.

Soube-se mais tarde que alguns cabecilhas escaparam ilesos. O controle espiritual dos sertanejos ainda era ambicionado por espertalhões, embora a totalidade da comunidade agora aspirasse à paz e ao trabalho. Em junho de 1917, apareceu na região do Irani um novo monge, Jesus Nazaré, tentando reviver as agitações anteriores. As forças que permaneceram na região, com a colaboração das polícias estaduais, venceram rapidamente esse renascimento de bandidagem.

À longa convulsão sucederia a luta política pela posse das áreas contestadas. Forças policiais dos dois Estados estiveram prestes a entrar em choque e as relações entre os dois governos ficaram bastante tensas.

Depois de enviar à região um observador militar, o Presidente da República determinou a ocupação militar das terras onde era mais tensa a situação, obtendo compromisso dos governos dos Estados de não insistirem nas reivindicações à viva força. Com a interferência direta do Presidente da República, em 20 de outubro de 1916 a velha questão de limites encontrou a solução final.

13) Contestado, Uma Guerra Revolucionária.

Ao contrário de Canudos, em que os jagunços se contentavam em viver a seu modo, na chamada Tróia Sertaneja surgiu a ideia de implantar uma nova ordem além dos redutos do Contestado. De fato, no apogeu do movimento - quando os fanáticos dominavam uma grande região entre a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e as bacias dos rios Iguaçu e Negro, ao norte, e Pelotas, ao sul -, pensaram os líderes em dar maior envergadura ao movimento, prosseguindo na direção de São Paulo e também para leste, pelo vale do Itajaí, na direção do mar. Comandaria as forças em Santa Catarina o Alemãozinho, Henrique Wolland, desertor da canhoneira alemã Panther. Vislumbravam eles obter muitas adesões de modo a chegar ao Rio de Janeiro com força suficiente para derrubar a "República dos Coronéis".

Não se pense porém que todos os chefes tradicionais estivessem contra o movimento, pois ele englobava também, a par de humildes sertanejos, coronéis que lutavam entre si na área conflagrada.

Difere-se de Canudos em seus aspectos bélicos, a campanha do Contestado se lhe equipara como fenômeno social. Ambas foram rebeliões sertanejas, em áreas afastadas do poder central e por ele desassistidas. Ambas levantaram o problema da busca de melhores fórmulas de integração nacional

b. A participação brasileira na I Guerra Mundial (I GM)

O Desrespeito à Neutralidade Brasileira

O governo brasileiro procurou manter-se neutro no conflito, de acordo com a Convenção de Haia, o que estabelecia para o nosso país o direito de ser respeitado pelas potências em guerra.

Nosso país mantinha com os povos germânicos relações saudáveis iniciadas ainda no período colonial. O primeiro ato diplomático fora assinado em 8 de abril de 1815 - um tratado de aliança entre Portugal e Prússia.

Já independente, o Brasil firmara em 1827 com esse país um tratado de comércio. A 29 de novembro de 1890 reconhecia a Alemanha a República brasileira. Finalmente, estabelecera-se uma convenção postal em 1910.

Uma proclamação alemã que restringia a liberdade marítima dos países neutros sensibilizou a opinião pública brasileira e propiciou a decisão de dar apoio à causa aliada.

Cada vez mais se complicavam os problemas oriundos da guerra. Embora partidário da neutralidade absoluta, o Presidente Wenceslau Braz não podia permanecer indiferente quando se multiplicavam as provas de intervenção subreptícia da Alemanha, com violações dos portos nacionais para reabastecimento de cruzadores disfarçados em navios mercantes, incentivo a greves operárias e tentativas de mobilização das colônias povoadas por elementos de origem germânica.

O Brasil entra na Guerra

A despeito de sua posição neutra e pacífica, o Brasil foi agredido gratuitamente, quando no dia 3 de abril de 1917, às 23:30 horas, o navio mercante brasileiro Paraná, de 6 mil toneladas, pertencente à Companhia Comércio e Navegação, foi torpedeado e posto a pique, enquanto navegava no Canal da Mancha a cerca de 10 milhas de costa ocidental da França.

Na ocasião o navio ia em marcha reduzida, com todas as luzes regularmente acesas, ostentando em lugar iluminado e bem visível o nome de nosso país, com a bandeira

nacional e o distintivo da empresa proprietária içados, como é de praxe entre os navios neutros. Depois do torpedeamento ainda foram disparados cinco tiros de canhão sobre a embarcação.

Nossas relações diplomáticas com a Alemanha foram interrompidas a 11 de abril, porém mantida a neutralidade. A fim de evitar qualquer dúvida, o governo brasileiro, em nota enviada a todos os países, caracterizou sua linha de ação:

" (...) Se até agora a relativa falta de reciprocidade por parte das repúblicas americanas tirava à doutrina de Monroe o seu verdadeiro caráter, permitindo uma interpenetração menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos atuais, colocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento crítico da história do mundo, continuam a dar à nossa política externa uma feição prática de solidariedade continental, política, aliás, que foi também a do antigo regime, toda vez que tem estado em causa qualquer das demais nações irmãs e amigas do continente americano. (...) "

Porém, outros navios mercantes nacionais foram torpedeados, como o Tijuca, o Macau, o Acari, o Guaíba e o Tupi, o que levou o Congresso, de pleno acordo com o Executivo, a reconhecer pelo Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917, o estado de guerra entre a Alemanha e o Brasil. Enfatizou-se a colaboração do Brasil com os Aliados. Votaram-se imediatamente medidas que decorriam da nova situação.

Além das circunstâncias materiais que forçaram o curso da política do Brasil, antigas normas diplomáticas, muitas ditadas por Rio Branco, aconselhavam o governo a agir dessa maneira. Integrava-se o nosso país, com essa atitude histórica, ao lado dos que já vinham se batendo por dias melhores para a humanidade. Rui Barbosa foi um dos que enfatizou a necessidade de definição do governo brasileiro diante das agressões sofridas. Em um de seus discursos afirmou: "A luta, inicialmente, circunscrita entre os impérios centrais e certo número de Estados europeus, perde o seu caráter primitivo para assumir o aspecto de um conflito declarado entre os princípios da democracia moderna e os princípios da velha autocracia condenada".

A Participação do Brasil na Guerra

Com a autorização do Congresso Nacional, o Presidente Wenceslau Braz abriu os portos brasileiros aos navios de guerra das nações aliadas. O Brasil assumiu também o encargo de com a nossa Esquadra, patrulhar o Atlântico Sul, diminuindo os encargos das Marinhas amigas. Essa colaboração, entretanto, era limitada, face às necessidades de guerra e às nossas possibilidades. Sabia-se que os meios de transporte marítimo constituíam naquela ocasião um dos problemas vitais para os nossos aliados. Agindo dessa forma, livre e espontaneamente, quis o Brasil patentear, em ato inequívoco, o propósito franco e leal de

dar não só solidariedade moral, mas também oferecer a participação material naquilo que se afigurava de grande utilidade para eles - o auxílio em meios de transporte marítimo.

Por outro lado, enquanto uma parte de nossa Marinha realizava o patrulhamento da orla marítima, durante dois anos, aproximadamente, a Divisão Naval em Operações de Guerra seguia, em 7 de maio de 1918, para os mares europeus para incorporar-se à Esquadra britânica em Gibraltar. Em 9 de agosto atingiu Freetown, permanecendo 14 dias neste porto, quando então os homens começaram a adoecer com o vírus da gripe espanhola. No dia 26 a Divisão entrou no porto de Dacar, nele permanecendo até 3 de novembro. A força naval era comandada pelo Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin e integrada pelos seguintes vasos de guerra: cruzadores Rio Grande do Sul (capitânia) e Bahia; contratorpedeiros Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Santa Catarina; tender Belmonte; rebocador de alto mar Laurindo Pitta.

Com isso, no campo militar, realizava-se o primeiro esforço naval fora de águas sul-americanas. Além dessa participação, o Brasil enviou um grupo de aviadores navais que, partindo para a Inglaterra em janeiro de 1918, ali começou treinamento intensivo, participando, a seguir, de missões de combate, juntamente com os pilotos ingleses da Royal Air Force. O grupo era constituído de um capitão-tenente e sete tenentes da Marinha de Guerra e do Tenente Altiar de Araújo Martins, do Exército.

Ademais, aviadores brasileiros serviram em unidades francesas e britânicas, tendo muitos deles perdido a vida. Não se deve esquecer que oficiais de nosso Exército foram incorporados a vários regimentos franceses da linha de frente, onde muitos se distinguiram em combate. Muitos tiveram os nomes citados em ordens do dia e foram agraciados com condecorações aliadas. Distinguiu-se entre esses José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que devido à sua experiência de guerra, foi o introdutor dos blindados no Exército Brasileiro.

Mobilizou-se também um grupamento médico com a finalidade de instalar um hospital para tratamento de feridos de guerra na França.

A Missão Médica

A Missão Médica especial era chefiada pelo Dr. Nabuco Gouveia e orientada pelo General Napoleão Aché; operaria subordinada ao comando único dos exércitos aliados. A Missão partiu com 86 médicos, a 18 de agosto de 1918. Em Paris, incorporaram-se mais seis médicos, que nesta cidade se encontravam em caráter particular, no Hospital Franco-Brasileiro mantido pela colônia brasileira daquela cidade. Com exceção de cinco médicos do Exército e cinco outros da Marinha de Guerra, todos os demais eram civis convocados e comissionados em diversos postos. Integravam-na ainda 17 acadêmicos de medicina

e 16 outros elementos, entre farmacêuticos, pessoal de intendência, de secretaria e contínuos, além de 30 praças do Exército indicados para constituir a guarda do Hospital Brasileiro instalado na capital francesa, na rua Vaugirard, para atender os feridos evacuados da frente de batalha.

Com a epidemia de gripe que assolava a França, todos os planos para o aproveitamento de nossa Missão Médica foram mudados radicalmente. O governo francês receava que a epidemia atingisse a retaguarda e desta forma ficassem sem apoio as frentes de batalha, o que evidentemente causaria o colapso da resistência aliada. A França convocara 700 médicos para combater a doença no interior do país. Os brasileiros seguiriam o mesmo destino dos médicos franceses.

A Missão Médica foi extinta em fevereiro de 1919; o Hospital ainda atuou por seis meses sob a responsabilidade dos brasileiros. Nesta oportunidade, o governo brasileiro doou as instalações e material para a Escola de Medicina da Universidade de Paris.

O Final da Guerra

Depois de fulminante contra-ofensiva dos exércitos aliados conduzidos pelo Marechal Ferdinand Foch, os alemães foram recalcados até a fronteira da França e dos Flandres belgas. A Alemanha, que enfrentava sérias dissensões internas, teve de render-se e assinar o armistício a 11 de novembro de 1918.

O Brasil havia cooperado para a vitória final. Após o armistício, o governo ordenou o regresso da Divisão Naval, da Missão Médica e dos demais elementos deslocados para a Europa e que em sua totalidade haviam sido voluntários, desmobilizando-os em seguida. Embora modesto em quantidade, o nosso concurso à causa aliada foi bastante significativo. Externamente o Brasil, pela primeira vez em sua história, lutou ao lado das nações mais poderosas do mundo, revelando a capacidade de atuar em pé de igualdade com elas. Internamente houve uma melhoria na imagem das Forças Armadas e ampliou-se a idéia de nação armada e de cidadão-soldado, no sentido da campanha ensetada por Olavo Bilac em 1915, em prol do serviço militar obrigatório.

Consequências da Guerra para o Brasil

A guerra desenrolada na Europa gerou, no campo econômico, um período de prosperidade e enriquecimento para o Brasil, pois as nações Aliadas compravam tudo que pudéssemos vender em termos de alimentos e matérias-primas, já que suas indústrias se dedicavam prioritariamente à produção de material bélico e suprimentos para o esforço de guerra. Assim, o Brasil, sem ter de onde importar manufaturados, passou a fabricá-los aqui. Pequenas oficinas, já existentes, transformaram-se em fábricas, dando início a um

incipiente processo de industrialização, o que levou o governo a interferir mais diretamente na esfera industrial. Tudo isto, no campo social, fez nascer um operariado, e em decorrência, mais tarde, um movimento sindical crescente, também possibilitou o ensaio para o surgimento de uma classe média e uma burguesia industrial em função das condições criadas pela guerra.

Por outro lado, na educação, diversas reformas, incluindo a Reforma Capanema do governo Vargas, demonstrariam uma preocupação crescente com o problema do analfabetismo e com a melhoria do nível educacional da população.

Na política, reflexo do que ocorria na Europa, é criado o PCB em 1922, em correspondência à Terceira Internacional e à criação do COMINTERN, surge o Integralismo de Plínio Salgado, em consonância ao surgimento dos partidos nazi-fascistas.

Na economia, ainda, a crise cafeeira do final da década de vinte, refletiu a crise econômica mundial, que causou grande impacto sobre a economia brasileira, tão dependente de um produto único em sua balança comercial.

c. A atuação do Exército Brasileiro no período entreguerras

Intentona Comunista (OMITIDO)

Revolta Integralista (OMITIDO)

d. A participação brasileira na II Guerra Mundial (II GM)

Contexto Inicial e a entrada na Guerra

No início dos conflitos, o Brasil manteve uma postura neutra, em referência à decisão de outubro de 1939 pelos chanceleres das três Américas reunidos no Panamá. Após a expansão e ampliação do conflito, o governo brasileiro manteve-se durante algum tempo oscilando entre a aproximação com a Alemanha ou com os Estados Unidos.

O cenário vigente no Brasil era o do Estado-Novo, desde 1937, baseado em uma Constituição centralizadora, de viés populista e com algumas semelhanças e simpatias pelos regimes fascistas e nazista. Entretanto, a tendência histórica de alinhamento com as Américas pesou mais tarde na direção aliada, representada pela Assembleia de Havana em 1940, a qual reafirmou os princípios da Doutrina Monroe.

As visões sobre a postura do governo Vargas variam entre a habilidade política de negociar as melhores condições para o Brasil no seu projeto de industrialização e a expressão de uma contradição pela dependência acentuada da economia norte-americana contrapondo-se ao modelo interno mais assemelhado aos regimes totalitários europeus.

O quadro de extrema fragilidade militar do Brasil contribuiu para a negociação com os americanos além do fornecimento de armamento, créditos e assistência para a instalação

de indústrias siderúrgicas e bélicas, bem como os EUA intencionavam importar borracha e minerais. A questão de suprimento destes itens era tão estratégica para o esforço de guerra aliado que em 1941 foi assinado um acordo de aquisição preferencial destes produtos. A questão de produtos militares foi facilitada posteriormente pela Lei de empréstimo e Arrendamento do Congresso Americano, tendo em março de 1942 sido assinado o acordo Brasil-EUA sobre exportações de minério de ferro e borracha e cessão de armamento e material militar.

Ainda em 1942, navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães, dentro da política de bloqueio/ ofensiva submarina alemã. A resposta brasileira foi a declaração de guerra aos países do Eixo, contribuindo para o esforço de guerra Aliado em atitudes políticas, econômicas e militares.

Escoltas de comboios mercantes passaram a ser escoltados pela Marinha, bem como o patrulhamento e defesa da costa, embora pouco lembrados, tornaram o litoral brasileiro ativo teatro de operações bélicas. A Guerra do século XX acabava não fazendo tão severa distinção entre as frentes de batalha e as áreas de retaguarda dos países envolvidos.

A percepção de que o esforço de guerra só atingiu o front é equivocada. Atividades de polícia fervilhavam na interceptação de espiões no litoral, enquanto no interior tropas foram destacadas para patrulhar e coibir comunidades de alemães, italianos e japoneses. A atividade econômica teve direcionamentos para atender a demandas dos teatros de operações, passando da extração do látex na Amazônia ao abate, processamento e envio de carne enlatada do sul do Brasil diretamente para o Norte da África. Cidades tiveram suas rotinas modificadas ao receberem bases aliadas, e os torpedeamentos afetaram a comunicação e transporte de um país com grande litoral, pouca interiorização e carente de estradas. Neste ponto, percebe-se que a guerra não foi um evento isolado de além-mar, mas acabou envolvendo, ainda que numa escala inferior do que os países que faziam parte do Teatro de Operações, todos os campos do poder brasileiros.

O estudo do Brasil na 2ª GM deve abordar tanto as motivações políticas e militares do envolvimento na guerra e suas condicionantes diplomáticas e políticas quanto o desempenho da Força Expedicionária Brasileira, seu desempenho e as implicações para o Brasil do pós-guerra.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB)

A idéia inicial era de recrutar cem mil homens (um Corpo de Exército a 3 Divisões de Infantaria com destinação para a Europa ou África) na força expedicionária, organizada em modelo americano, dentro de um projeto governamental que visava alcance estratégico, alçando o Brasil ao cenário internacional, modernizando o exército e adquirindo

experiência para lidar com potenciais ameaças regionais.

A situação social deficitária do país acabou, dentre outros aspectos, restringindo a cerca de 25 mil soldados enviados para o front. A crise econômica se estendia desde a década de 1930, e a desestruturação dos mercados internacionais trouxe reflexos ao Brasil. A importação de produtos industrializados, do qual o Brasil era grande dependente, diminuiu, e aumentaram as exportações de matérias-primas.

As Forças Armadas brasileiras não estavam supridas e preparadas para atender as demandas surgidas. O Exército possuía cerca de 60 mil homens, a Marinha de Guerra tinha 14 mil homens, mas seguia a doutrina Norte-Americana, e a aviação Militar (EB) e Naval (MB), unificadas na FAB após 1941, tinha poucos e antiquados meios.

A Marinha protegeu os comboios entre Trinidad, no Caribe, e Florianópolis-SC, perdendo apenas três navios de 3.164 escoltados. Foram afundados 16 submarinos alemães, e ainda se realizou o transporte da FEB e patrulhamento oceânico visando o bloqueio de comércio naval.

A Força Aérea contribuiu na proteção ao tráfego marítimo e na defesa do litoral, bem como com o 1º Grupo de Caça.

As Tropas Alemãs

A composição de tropas alemãs variava muito. Apesar, de a propaganda nazista ter alardeado que as colunas de blindados apoiadas por aviação das primeiras fases da guerra fossem a espinha dorsal e majoritária dos efetivos alemães, isto não era um fato. A Wehrmacht não era na sua totalidade uma força homogênea moderna, motorizada e plena de recursos, pois a Alemanha não alcançou a capacidade industrial necessária e de recursos humanos para consolidar o padrão de suas unidades de elite no restante das forças armadas.

Ainda assim, a maioria de suas unidades convencionais eram conduzidas por líderes bem escolhidos comandando homens determinados e bem treinados. Soldados presentes na Itália na frente de combate com os brasileiros haviam estado (as vezes Divisões inteiras) na Rússia ou África. Algumas tropas de elite do exército alemão, como o IV Batalhão de Caçadores de Montanha estavam presentes no terreno.

A média de idade mais elevada dos conscritos das tropas regulares alemãs era compensada pela ação tática de defesa de posições estáticas. Apesar da falta de munição e reservas estratégicas, a larga experiência na linha de frente, a eficaz doutrina defensiva, armamento moderno e determinação seguraram durante longo tempo o avanço aliado e causaram um imenso número de baixas. Apesar do aumento da consciência situacional da inevitável derrocada alemã, a Wehrmacht combateu até o final

sem que ocorresse colapso moral entre seus componentes, atuando com eficiência mesmo nos lances finais da guerra. A consciência de uma catástrofe militar iminente influenciou muito pouco o desempenho alemão. Mesmo com recursos limitados, os alemães aproveitaram o terreno e de suas competências para segurar um ano e meio os aliados.

Reflexos da Participação do Brasil na 2ª GM

- Mudanças nas relações entre oficiais e praças no Exército Brasileiro decorrente da integração ao Exército Americano;
- Incorporação do apoio de metralhadoras pesadas e morteiros leves na progressão de pequenas frações de infantaria;
- Uso de “propaganda de guerra” com mecanismos de guerra psicológica de ambos os lados beligerantes;
- Criação em 1946 do Estado-Maior das Forças Armadas (1946);
- Difusão de novos regulamentos coletando os ensinamentos colhidos da doutrina Norte-Americana usada pela FEB e adaptando-a a realidades brasileiras;
- Assinatura do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos;
- Aprimoramento da Logística, com a criação de depósitos regionais;
- Criação de tropas paraquedistas e de Polícia do Exército;
- Adesão dos militares aos anseios por um sistema de governo mais democrático e a deposição de Vargas;
- A Constituição de 1946, com características democráticas.

e. Pós-Guerra – período da Guerra Fria

Enfrentamento ideológico à supressão da luta armada (OMITIDO)

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.
- BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BURNS, Edward MacNall, 1897-1972. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais/Edward MacNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meacham; tradução Donaldson M. Garshagen. - 30. ed. - Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**: As Origens Século XVI; A Formação Brasileira Século XVII, Vol II. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- _____, Pedro. **História do Brasil**: Formação Brasileira Século XVII. Vol III. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- CLUTTERBUCK, R. **Guerrilheiros e terroristas**. BIBLIEX. Rio de Janeiro, 1977.
- COLEÇÃO GRANDES ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA. **A Primeira Guerra Mundial** – As Origens do Conflito. Nova Sampa Diretriz Editora Ltda. -São Paulo – SP. [2014].
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Volume 1. IBGE. Brasília, 1972.
- FARIA, D. (Org). **Introdução à História Militar Brasileira**. AMAN. Resende, 2015.
- FRANKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**; a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno/ David Fronkin; tradução Teresa Dias Carneiro, - Rio de Janeiro: Contraponto. Biblioteca do Exército. 2011.
- FULLER, J. F. C. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- HOBSBAWM, J. Eric. **A era dos impérios**; tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica. Maria Celia Paoli – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- JOHNSON, Rob et al. **Para Ganhar a Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- JOMINI, Antoine Henri. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949.
- JORDAN, David. **História da Segunda Guerra Mundial** – A maior e mais importante guerra de todos os tempos. M. Books do Brasil Editora Ltda. São Paulo. 2011.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Batalha e a História**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.
- LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Manual Escolar de História Militar Geral**/ Paulo Henrique Barbosa Lacerda; Elonir José Savian. -3. Ed. Resende: AMAN, 2011.

LEONARD, Rogers Ashley. **Clausewitz**: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**, organizador. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

_____. **Da Arte da Guerra**: Teoria Geral da Estratégia. São Paulo: Madras, 2003.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial** / Philippe Masson; tradução Ângela M. S. Correia. - São Paulo: Contexto, 2010.

MAXIMIANO, C. **Barbudos, sujos e fatigados**. São Paulo: Grua, 2010.

MCNEILL, William H. **Em Busca do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (ORG.). **O Brasil holandês (1630 – 1654)**: seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics. Editora Schwarcz, 2010.

_____, Evaldo Cabral de. **A educação pela guerra**: Leituras cruzadas de história colonial, 1ª ed. - São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

OVERY, Richard. **As Grandes Guerras Mundiais** / Richard Overy; [tradução, Thaís Costa]. - São Paulo; Folha de São Paulo, 2014. 20 V.

PARET, Peter (org). **Os Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

[Revista Brasileira de Política Internacional](#). Rev. bras. polít. int.vol. 47no. 1BrasíliaJan./June2004 Virgílio Caixeta Arraes

SAVIAN, E.; LACERDA, P. **Manual Escolar de História Militar**. AMAN. Resende, 2011.

SHEFFIELD, Garry. **As origens da Primeira Guerra**/ Gary Sheffield; [tradução Rosimarie Ziegelmaier] – São PAULO; Folha de São Paulo, 2014. 8V.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força**: A Arte da Guerra no Mundo Moderno. Lisboa (Port): Edições 70, 2008.

SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial** / Lawrence Soundhaus; tradutor Roberto Cataldo. -São Paulo: Contexto, 2013.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VISACRO, A. **Guerra irregular**. Ed. Contexto. São Paulo, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa** / Paulo Fagundes Visentini. -Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014.

WEIGLEY, Russel F. **Novas Dimensões da História Militar**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.